



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO**

LUANA FARIAS DE OLIVEIRA

**IMPOSIÇÃO HÉTERO, INTERDIÇÃO LÉSBICA:
A HETEROSSEXUALIZAÇÃO DE MULHERES**

**SALVADOR
2020**

LUANA FARIAS DE OLIVEIRA

**IMPOSIÇÃO HÉTERO, INTERDIÇÃO LÉSBICA:
A HETEROSSEXUALIZAÇÃO DE MULHERES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientação: Profa. Dra. Maíra Kubík T. Mano.

**SALVADOR
2020**

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48 Oliveira, Luana Farias de
Imposição hétero, interdição lésbica: a heterossexualização de mulheres. / Luana Farias de Oliveira. – 2020.
98 f.

Orientadora: Profª Drª Maíra Kubik Taveira Mano
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.

1. Gênero. 2. Heterossexualidade. 3. Lésbicas. I. Mano, Maíra Kubik Taveira.
II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 306.76

LUANA FARIAS DE OLIVEIRA

**IMPOSIÇÃO HÉTERO, INTERDIÇÃO LÉSBICA:
A HETEROSSEXUALIZAÇÃO DE MULHERES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Máira Kubik Taveira Mano – PPGNEIM/UFBA Orientadora

Profa. Dra. Valéria dos Santos Noronha – PPGNEIM/UFBA Examinadora Interna

Profa. Dra. Jules Falquet – Universidade Paris VII-Diderot Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

Certa vez, no período em que escrevia esta dissertação, li o seguinte trecho: “Nos reunimos para fazermos juntas aquilo que eu não posso fazer sozinha. Para nos fortalecer, fazer e acreditar em um mundo melhor para viver e amar”. Esta é, certamente, a frase que melhor traduz a minha gratidão pela força coletiva que me possibilitou concretizar este sonho.

Aos meus pais, agradeço por terem me ensinado que importante, mesmo, é fazer o que se ama. Não fosse este ensinamento, eu certamente estaria trilhando hoje, frustrada, um caminho profissional que não me daria o brilho nos olhos com que falo desta pesquisa.

À minha avó Maria e toda amada família Oliveira, agradeço pelo exemplo histórico de coragem, luta e compromisso político. Agradeço e me orgulho por ter crescido nesta família que “sobreviveu por teimosia”, como me disse uma de minhas tias, e por gerações se rebelar contra a desigualdade e a violência, construindo dentro e fora de nossas casas outras formas de se relacionar e reinventar a vida.

À Rosely, Cristina e Cassandra, interlocutoras que viabilizaram esta pesquisa, agradeço a confiança e generosidade com que compartilharam suas histórias.

À Maíra Kubik, minha orientadora, agradeço imensamente o incentivo, cuidado e confiança. Agradeço ao seu exemplo inspirador de compromisso teórico-político e à sorte de ter sido aluna e orientanda de quem tanto admiro.

À Jules Falquet, teórica que tenho profunda admiração, cujo trabalho despertou o meu interesse nesta pesquisa e sustentou o seu desenvolvimento, agradeço pela participação na banca e pelas generosas contribuições.

À Valéria Noronha agradeço pelas contribuições na banca e pela leitura atenta e afetuosa.

À Dionísio, meu professor de gramática e redação durante o ensino médio, vítima da homofobia em 2019, que além de me ensinar as letras foi o meu primeiro exemplo positivo de homossexualidade, agradeço aos seus ensinamentos e ao estímulo à escrita.

À Jéssica Magliano agradeço pela partilha generosa de experiências e reflexões, sem as quais esta dissertação não seria a mesma. Agradeço pelas cidades, festas e sonhos partilhados.

À Joana Maia agradeço o fortalecimento, acolhimento e brilho nos olhos nos momentos mais duros e também nos mais deliciosos deste percurso.

Às amigas Alyssa, Cris, Isabela, Jéssica Juliana, Lana, Leticia, Lorena e Raíla, que me ajudaram imensamente na revisão de texto, transcrição de entrevistas e partilha de reflexões, agradeço ao grande incentivo e fortalecimento que sempre me deram.

À minha tia Berna, com quem compartilho o amor pela Bahia, agradeço pela acolhida em Salvador e por me apresentar a cidade pelo seu olhar de encantamento.

À minha tia Jeanne, que me ofereceu o seu apartamento silencioso e inspirador, agradeço por me possibilitar escrever parte desta dissertação em um teto todo meu.

À Tita e Clarissa, com quem compartilhei a casa, a rotina e a melhor varanda do Recife durante os últimos meses de escrita desta dissertação, meu profundo agradecimento por todo o apoio recebido em forma de pedaladas, cervejas, lembretes pra almoçar, risadas e conversas. Poder contar com vocês foi essencial.

À Peruca, o mais puro amor e companheirismo em forma felina, meu agradecimento por ter acompanhado a escrita de cada página, ao meu lado por madrugadas a fio, e por me fazer lembrar, ao pedir carinho e atenção, que o descanso é igualmente importante.

À Arlene, Caio, Carol, Bianca, Dayane, Flávia, Laís, Lara e Larissa, agradeço por terem transformado o mestrado em uma experiência mais leve e prazerosa.

Às colegas da Secretaria da Mulher do Recife, especialmente Glauce e Malu, agradeço pelo apoio e compreensão imprescindíveis na conclusão desta dissertação.

Ao Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, agradeço a oportunidade de pesquisar um tema tão importante.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço pela bolsa de pesquisa.

*"Escolhemos uma à outra
e as fronteiras de batalha de cada uma
a guerra é a mesma
se perdermos
um dia o sangue das mulheres coagulará
sobre um planeta morto
se vencermos
não há como saber
procuramos além da história
por um encontro mais novo e mais possível"*

Audre Lorde

Para a minha avó Maria, estas palavras,
este sonho, esta chama.

RESUMO

Nesta dissertação, investigo o regime político, econômico e ideológico da heterossexualidade para compreender o impacto subjetivo e cotidiano produzido na vida das mulheres. Parto da compreensão de que a heterossexualidade é imposta por meio de coerções física, mental, econômica e moral, dificultando a sua crítica e ruptura. Desta forma, busco compreender como e por que as mulheres são heterossexualizadas, bem como as determinações estruturais e conjunturais que explicam a vivência e assimilação da heterossexualidade por mulheres em conflito com ela. Particularmente, interessou-me analisar como as mulheres disputam e mediam com o regime heterossexual para, em meio a sua imposição, construir o percurso que possibilite sair dele.

Palavras-chave: heterossexualidade; lésbica; heterossexualização.

ABSTRACT

In this research, I investigate the political, economic and ideological regime of heterosexuality to understand the subjective and everyday impact produced in women's lives. I begin from the understanding that heterosexuality is imposed through physical, mental, economic and moral constraints, making it difficult to criticize and break it. Therefore, I seek to understand how and why women are heterosexualized, as well as the determinations and circumstances that explain the experience and assimilation of heterosexuality by women in conflict with it. In particular, it is interesting to analyze how women dispute and mediate with the heterosexual regime in order to, in the center of its imposition, build the path that makes it possible to get out of it.

Keywords: heterosexuality; lesbian; heterosexualization.

SUMÁRIO

1. CONTORNAR A HETEROSSEXUALIDADE: EXPERIÊNCIA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	12
1.1. METODOLOGIA	22
1.2. AS INTERLOCUTORAS	26
2. IMPOSIÇÃO HÉTERO, INTERDIÇÃO LÉSBICA	33
2.1. CARTOGRAFIAS SÁFICAS: A HETEROSSEXUALIDADE NO CAMPO TEÓRICO-POLÍTICO	39
2.2. HETEROSSEXUALIDADE COMO FUNDAMENTO TEÓRICO	49
3. A HETEROSSEXUALIZAÇÃO	67
3.1. USOS DA HETEROSSEXUALIDADE: DE GARANTIA DA SOBREVIVÊNCIA A MEIO DE TRANSGRESSÃO	71
3.1.1. CEDER À HETEROSSEXUALIDADE	71
3.1.2. USAR A HETEROSSEXUALIDADE PARA SAIR DELA	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
BIBLIOGRAFIA	93

1. CONTORNAR A HETEROSSEXUALIDADE: EXPERIÊNCIA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

"Aqueles que reivindicam uma nova língua primeiro deparam com a violência"

Monique Wittig, 2019

Reflexões não nascem de uma abstração, alheias ao tempo e ao espaço, mas constroem-se enraizadas em condições materiais e históricas definidas. As experiências, percepções e conhecimentos de mulheres não-heterossexuais¹ perpassam todo o percurso desta pesquisa, dos primeiros questionamentos às considerações finais. Para chegar à análise do que chamo de *heterossexualização de mulheres*, destaco três experiências pessoais necessárias: o conflito individual com a heterossexualidade, a vivência da homossexualidade e a sua politização. As minhas experiências estimularam os primeiros questionamentos que, mais tarde, foram transformados em problema teórico.

Aos nove anos de idade, repreendida pela professora ao andar de mãos dadas com outra menina, fui descobrindo e obedecendo aos limites da heterossexualidade. Além de me *ensinar a atuar* dentro da heterossexualidade, o impedimento da homossexualidade também me levou à sua repulsa, oferecendo o aval para reprimir a lesbianidade alheia da mesma forma como foi feita a mim aos nove anos de vida. Já a partir da infância, as coerções heterossexuais me fizeram naturalizar, internalizar e reproduzir a heterossexualidade. Mesmo antes de conhecer o clássico trabalho de Adrienne Rich (2010) sobre o assunto, as experiências vividas, assim como a sua reflexão coletiva, levaram-me à percepção da imposição compulsória da heterossexualidade.

O episódio acima demonstra três questões importantes. A primeira delas é a construção de um conhecimento próprio a partir da experiência concreta de mulheres

¹ Por se tratar de um estudo centrado nas relações sociais desenvolvidas, e não em identidades ou orientação sexual, opto por utilizar o termo “mulheres não-heterossexuais” para referir-me àquelas que mantêm prática sexual com mulheres. Considero que utilizar “mulheres homossexuais e bissexuais” invocaria diferenças que neste momento não são relevantes para a pesquisa, podendo causar dubiedade. Ademais, o emprego de “lésbica” neste texto não é sinônimo para mulheres homossexuais, mas segue a tradição de Monique Wittig, designando uma posição política coletiva de conflito e luta com o regime da heterossexualidade, ultrapassando a dimensão privada e sexual.

não-heterossexuais. A heterossexualidade compulsória, teorizada pela primeira vez em 1980 pela feminista lésbica Adrienne Rich, não é uma ideia etérea e abstrata para o seu grupo, mas a nomeação de uma experiência generalizada e coletivamente conhecida. Ou seja, o conhecimento é produzido pela materialidade de nossas próprias vidas. A posição de marginalidade em que mulheres não-heterossexuais são posicionadas oferece uma perspectiva privilegiada não só para interpretar o funcionamento da própria opressão, mas também para produzir o seu desmantelamento. Audre Lorde, em entrevista para Adrienne Rich, afirma que “o que a compreensão começa a fazer é tornar o conhecimento disponível para o uso, e essa é a urgência, esse é o impulso, esse é o estímulo” (2019, p. 134). A relação entre conhecimento e compreensão na visão de Audre Lorde é interessante para a pesquisa. Conhecimento é perceber a heterossexualidade compulsória, compreensão é entender por que e como ela é produzida. A percepção da imposição compulsória da heterossexualidade é, em si, um conhecimento. Porém, é necessário também investigar por que e por quais mecanismos somos heterossexualizadas.

A segunda questão a se atentar é sobre o impacto a nível individual e coletivo produzido pelo regime heterossexual. No exemplo relatado, uma consequência da coerção heterossexual foi a assimilação e reprodução da heterossexualidade, inviabilizando, ao menos momentaneamente, a homossexualidade. Em uma pesquisa desenvolvida sobre violências contra mulheres lésbicas, uma das interlocutoras revelou que para poder viver a lesbianidade antes foi necessário contornar o nojo que sentia de si (Melo, 2016). A antropóloga francesa Nicole-Claude Mathieu contribui a esta discussão ao analisar “o grau que pode atingir a invasão do consciente e do inconsciente das mulheres por sua situação objetiva de dependência dos homens e o tipo de estruturação do eu que produz” (2021, no prelo). Em concordância com Monique Wittig (2006), defendo que a heterossexualidade é um regime imposto às mulheres pelo controle econômico, político e ideológico, de modo que inviabiliza até mesmo pensar fora dela.

Por fim, sendo a heterossexualidade um regime estrutural, importa não só localizar os seus impactos, mas compreender como e por que a heterossexualização é produzida. Como nos tornamos heterossexualizadas? Quais práticas vão de encontro à heterossexualização e contribuem ao seu desmantelamento? As práticas feministas hegemônicas, assim como a

epistemologia que as norteia, tem nos aproximado ou nos afastado deste objetivo? E como nos tornamos lésbicas? A análise direcionada à constituição de sujeitos políticos — *como nos tornamos* — nos aproxima de uma compreensão menos fragmentada do funcionamento da heterossexualidade e possibilita um enfrentamento mais efetivo e radical (Espinosa, 2020).

A invisibilização² lésbica, condição para a imposição heterossexual, produz uma visão distorcida da realidade ao mesmo tempo em que contribui com a sua naturalização. Sendo de uma cidade pequena, onde ainda hoje o tema permanece invisibilizado, até certa idade a homossexualidade feminina era, para mim, algo distante e parcialmente desconhecido. Individualmente, o fato dificultou a construção de um imaginário não-heterossexual e, claro, a sua vivência. Mas o impacto da invisibilização lésbica vai além. Na produção de conhecimento científico, por exemplo, o fato pode ser observado na lacuna bibliográfica do tema, inclusive no próprio campo de estudos de gênero e feminismo, ou em sua inclusão simbólica, marginalizada e/ou distorcida. Tal lacuna deve servir aos questionamentos de quais conhecimentos são definidos como cientificamente inválidos e de quem detém o poder de definição (KILOMBA, 2019, p. 51).

Há poucos anos, ao iniciar o estudo sobre lesbianidades na graduação, a professora orientadora me desaconselhou a seguir com a pesquisa sob o argumento de que não havia relevância científica no tema, pois nem mesmo existia a invisibilização lésbica que eu argumentava. Acrescentou ainda que não há resistência por parte do movimento feminista em abordar pautas lésbicas, e se estas não estão contempladas é devido à nossa própria omissão. O fato desta fala vir de uma referência feminista não deve ser desconsiderado. Ao contrário, nos leva a questionar a relação entre a formação teórico-política feminista com a heterossexualidade. Yuderkys Espinosa, feminista lésbica nascida na República Dominicana, propõe utilizar o método genealógico para desenvolver esta questão. Assim, importa perguntar “como nos tornamos as feministas que somos? Que condições permitiram o feminismo crer naquilo que crê, dizer o que diz, fazer o que faz [...]?” (2020, p. 97). Considero a sua proposta importante, pois direciona à raiz da questão: o caráter estruturante das opressões no pensamento-ação — que não pode significar a desresponsabilização

² Opto por utilizar o termo “invisibilização”, e não “invisibilidade”, para evidenciar a ação engendrada pela heterossexualidade.

individual. Que condições, por exemplo, permitiram a Betty Friedan afirmar que as lésbicas eram uma ameaça ao feminismo? E qual o impacto, hoje, de seu posicionamento?

Da experiência relatada, destaco duas questões pertinentes à análise: o controle sobre o conhecimento exercido pela heterossexualidade e a consequente dificuldade na produção acadêmica. Para Maria Lugones, “a heterossexualidade permeia o controle patriarcal e racializado da produção — inclusive de conhecimento — e da autoridade coletiva” (2020, p. 78). A autora também é incisiva ao mostrar como a heterossexualidade, “que permeia toda a colonialidade de gênero” (2020, p. 71) configura, junto à raça, a colonialidade do poder. O poder de legitimação do conhecimento nas mãos de mulheres privilegiadas mostra que produzir a partir de seu ponto de vista não é o suficiente para desestabilizar o caráter hegemônico e eurocêntrico de produção científica, pois ainda se trata de uma visão parcial e que contribui à colonização do saber, “já que não há o reconhecimento de categorias, conceitos e epistemes que surgem nas práticas políticas produzidas por muitas mulheres — sem privilégio de raça, classe, sexualidade e geopolítica — em suas comunidades” (CURIEL, 2020, p. 125).

A marginalização dos estudos de lesbianidade produz a lacuna bibliográfica do tema e impõe a dificuldade em sua produção acadêmica, amplamente relatada na bibliografia conhecida. De pesquisas recentes, como as produzidas por Raíla Alves (2019) e Nathalia Cordeiro (2018), até as mais antigas, como Tânia Navarro-Swain (2000), os estudos no tema evidenciam e criticam a escassez de referências. A historiadora lésbica brasileira Navarro-Swain aborda o que chama de política do esquecimento, que envolveria o apagamento do que não interessa à historiografia dominante:

A história não fala e um silêncio de chumbo recai sobre as relações entre as mulheres. (...) Não se fala, logo, não existe. De tal forma que no século XVIII a Inquisição, para julgar mulheres acusadas de práticas homossexuais, não dispunha de uma palavra com a qual nomeá-las: eram chamadas de “sodomitas”. Isso é extremamente significativo, pois ao nomear cria-se uma imagem, cria-se um personagem no imaginário social. As mulheres homossexuais não tinham direito a um nome, logo, à existência (NAVARRO-SWAIN, 2000, p. 18-19).

Iniciei o estudo da lesbianidade tentando burlar as dificuldades já mencionadas. Entre indicações de artigos e pesquisa de referências, comecei a ler tudo o que podia. A descoberta destas reflexões, algumas coincidindo com as que eu também fazia e outras que ainda nem

imaginava fazer, foi como encontrar uma fonte de força e poder. Uma fonte de minha força e de meu poder. Senti uma felicidade e empolgação ainda difíceis de descrever, e também uma profunda sensação de pertencimento. As leituras e reflexões passaram a ocupar grande parte do meu tempo e estavam presentes mesmo na rotina extensa de dois estágios, aulas da graduação, projeto de pesquisa e reuniões da militância. Eu levava os textos impressos comigo e os lia em cada brecha encontrada — o que não representava um dispêndio de mais uma atividade acumulada, mas um local de descanso e prazer recém descoberto. Rapidamente o interesse no estudo da lesbianidade deixava de ser meramente individual para se tornar teórico e político; e o regime político da heterossexualidade, uma vez descoberto, não pôde mais deixar de ser percebido. Mais tarde, redirecionei o foco de estudo da lesbianidade como prática individual para a heterossexualidade enquanto estrutura de poder, considerando esta uma via mais radical e estratégica.

O contato com este campo de estudo fez deslocar as minhas experiências para o centro do debate. Era também sobre mim que aquilo se tratava, e mediar a leitura com as experiências vividas era não só inevitável como também contribuía ao estudo. O uso da experiência de grupos marginalizados como alicerce para a produção acadêmica é incentivado como forma de criar conceitos e categorias teóricas próprias. Entendo que reconhecer e recorrer ao conhecimento produzido cotidianamente nas ruas, na organização política e na arte, não é apenas uma via criativa e estratégica de burlar a lacuna bibliográfica, mas, também, um caminho necessário para a elaboração teórica.

Para Yuderkys Espinosa (2014), produzir e visibilizar a nossa própria interpretação do mundo é tarefa prioritária para os processos de descolonização, indo de encontro à produção hegemônica estabelecida como norma. Joan Scott (1998) alerta para que a experiência seja utilizada na produção de conhecimento como o ponto de partida para o que buscamos explicar, e não como a origem ou o fundamento da explicação. Ou seja, o uso da experiência não deve ser usado como um fim em si mesmo, mas sim para evocar a análise de sua construção sócio-histórica. A importância de seu uso, então, está em documentar realidades até então ignoradas, questionando o conhecimento construído em detrimento de sua invisibilização e disputando o seu direcionamento.

Para citar um exemplo, o documentário brasileiro *Tudo Que É Apertado Rasga* (2019), ao abordar a presença e agência do ator e atriz negros na cinematografia nacional, demonstra a importância em visibilizar, nomear e analisar a experiência do racismo. O curta-metragem trabalha, entre outros arquivos, com doze entrevistas nas quais a atriz Zezé Motta relata comentários que ouviu ao iniciar o seu curso de teatro. À época, diziam-lhe que para atuar como empregada doméstica não era necessário fazer cursos. Ela acrescenta ter sido repetidamente relegada a este papel, cuja participação se resumia a servir as demais personagens, sem participar de fato da trama. Em doze entrevistas, doze vezes é denunciada a experiência produzida pelo racismo, de modo que a repetição de sua fala, repetida em doze tempos distintos, tenta fazer compreender a importância e necessidade do relato de si. Na academia não é diferente. Da mesma forma, a nomeação e análise da heterossexualidade passam pelo relato de sua imposição.

O compartilhamento de certas experiências leva à construção de um ponto de vista comum e a uma interpretação própria do grupo, que deve criar as próprias categorias de análise e produzir o conhecimento útil e adequado à realidade. Para Patrícia Hill Collins (2019), uma característica distintiva do pensamento feminista negro é justamente a conexão entre experiência e ideias, produzidas pelo local marginalizado em que mulheres negras são posicionadas em uma sociedade machista e racista.

A minha percepção da imposição hétero se alargava conforme eu vivenciava a homossexualidade. Em um primeiro momento, a naturalização e reprodução da heterossexualidade, vividas até os meus 19 anos, fizeram compreender o requinte de sua violência, que se apresentava como a única via possível. Nesta altura, a imposição hétero implicou individualmente na interdição à lesbianidade, já que esta não era sequer considerada. Em um segundo momento, quando já vivia a homossexualidade de forma pública e politizada, me deparei com novas formas da imposição da heterossexualidade, que permaneceram mesmo após recusá-la.

Uma experiência marcante foi em meu primeiro trabalho, o que gerou grande impacto nas reflexões que deram lugar a esta pesquisa. Em um ambiente profundamente homotransfóbico e conservador, passei a esconder a minha posição político-sexual pela violência que poderia sofrer, inclusive pelo receio de perder o emprego. Camuflar-se

heterossexual, sobretudo em uma cidade tão pequena, é um constante e violento controle. Quando a minha namorada me levava ao trabalho, ela não parava na porta, mas uma quadra antes. Mesmo fora do ambiente de trabalho, eu escolhia com cuidado as roupas que usaria e as palavras que diria, já que o tamanho da cidade impunha a iminente possibilidade de encontrar colegas fora da empresa. O fato faz recordar a experiência que Adrienne Rich (2010) expõe, em 1982, para fundamentar a discussão da heterossexualidade compulsória:

Assim, as mulheres no mercado de trabalho ficam à mercê do sexo como poder em um círculo vicioso. Economicamente em desvantagem, as mulheres, sejam garçonetes, sejam professoras titulares, toleram o assédio sexual para se manter em seus empregos e *aprendem a se comportar de uma maneira heterossexual complacente e agradável porque elas descobrem que essa é sua verdadeira qualificação para ter emprego*, qualquer que seja o tipo de emprego. MacKinnon nota que a mulher que resiste de modo mais decidido às propostas sexuais no local de trabalho é acusada de ser “seca”, não sexual ou lésbica. Isso coloca uma diferença específica entre as experiências das lésbicas e as dos homossexuais masculinos. Uma lésbica “no armário”, devido ao preconceito heterossexista no trabalho, não é simplesmente forçada a negar a verdade sobre suas relações no mundo exterior ou na sua vida privada. Seu emprego depende de que ela finja ser não apenas heterossexual, mas também uma *mulher* heterossexual em termos de seu vestuário, ao desempenhar um papel feminino, atencioso, de uma mulher “de verdade” (RICH, 2010, p. 27-28; grifo meu).

Compreendendo que o regime heterossexual de organização social é estruturalmente imposto, a sua outra face é a interdição à sua crítica, ou seja, a interdição da politização lésbica. Embora compreenda que o termo "heterossexualização" remete à ação impositiva de fazer de alguém heterossexual — característica inerente deste regime —, aqui abordo a contrapartida da imposição da heterossexualidade como problema de pesquisa: a heterossexualização tomada pelas mulheres como uma posição ativa de mediação e conflito com o regime hétero e direcionado à sua saída. A hipótese que guiou a análise da heterossexualização aqui apresentada é a de que existe uma ação estratégica das mulheres que utilizam-se da heterossexualidade a que estão submetidas e a transformam em um meio para transgredi-la. A pesquisa revelou que antes de ser transformada pelas mulheres em uma ferramenta de luta contra a própria heterossexualidade, a heterossexualização é utilizada como um instrumento para a garantia de sobrevivência e melhores condições de vida. Para desenvolver esta questão é importante compreender que o regime heterossexual é dinâmico e contextualizado, funcionando de acordo com a formação sócio-histórica local (Curiel, 2017). Portanto, a imposição hétero, a interdição lésbica e a heterossexualização não são estáticas.

Considerar isto evita equívocos de análise, como a universalização e a essencialização da experiência de heterossexualização.

A análise e reflexão de minha própria experiência a respeito da imposição heterossexual foi um ponto de partida definitivo para a construção do problema teórico. Porém, considerá-la isoladamente implicaria em uma visão parcial e fragmentada desta realidade, limitando o alcance do problema de pesquisa. A atenção dada a outras experiências de imposição heterossexual, produzidas em diversidade de circunstâncias, foi, então, responsável por alargar os meus questionamentos sobre a heterossexualização.

Dentre as experiências observadas, destaco a vivida por Maria, uma mulher nascida na Paraíba de 1915, empobrecida e nunca alfabetizada. Com limitado acesso a recursos, conhecimento e possibilidade de escolha, casou aos dezoito anos e realizou o trabalho incessante de produzir outros trabalhadores. No total, foram dezenove filhos. A certa altura, o filho da vez, José, faleceu recém-nascido. Maria repetiu o seu nome no filho seguinte para que este também tivesse a sorte de escapar da vida sofrida que viviam. Impossibilitada de evitar ou interromper uma gestação, restava esperar que os filhos não vingassem, o que não deveria ser difícil naquelas condições. Maria, que é minha avó, pode não ter se questionado sobre a heterossexualidade ou a sua recusa, ou nem mesmo ter sabido da possibilidade de recusá-la. O que a sua experiência nos mostra, porém, é a explícita imposição da heterossexualidade e da interdição lésbica. Para mulheres privadas dos meios de garantir a própria subsistência e com quase duas dezenas de filhos sob seu encargo, quais seriam as possibilidades concretas de viver fora da heterossexualidade?

Outra experiência marcante para os meus questionamentos no tema foi a história de vida de Marisa³, uma mulher que passa a ter relações heterossexuais ao sair do maior centro urbano do país para morar em uma pequena zona rural no nordeste brasileiro, perder a independência financeira e engravidar. Segundo Marisa, o município é marcadamente heterossexual e a presença de mulheres não-heterossexuais é restrita a períodos turísticos. Sem rede de apoio, dinheiro ou licença maternidade, a relação hétero iniciada supria necessidades materiais imediatas. Frente à própria sobrevivência e de sua criança, o desejo de

³ Nome fictício em homenagem à militante lésbica brasileira Marisa Fernandes.

se relacionar novamente com mulheres, como desabafava, se transformava em uma questão secundária. Aqui nos servem os questionamentos de Silvia Federici ao sustentar que a sexualidade é, sim, um trabalho: "E podemos descartar, tão facilmente, a ideia de viver com um homem? E se perdermos nosso emprego? E quando chegar a velhice e a perda da pequena quantidade de poder que a juventude (produtividade) e a atratividade (produtividade feminina) nos proporcionam hoje?" (FEDERICI, 2019, p. 53-54).

Quando a própria sobrevivência depende da troca entre o que viria a ser a sua sexualidade por condições materiais de vida, como mostra Paola Tabet (2018) com o intercâmbio econômico-sexual, recusar o trabalho procriativo, sexual, doméstico e emocional para a classe de sexo dominante, ou seja, recusar a própria heterossexualidade, pode não ser uma possibilidade. Por isso, importa questionar quais são as condições materiais que possibilitam a crítica e ruptura com o regime heterossexual e, também, quais condições possibilitam a saída da apropriação individual, no sentido trazido por Colette Guillaumin (2014). Recusar o regime heterossexual só é possível quando estão supridas as demandas imediatas por sobrevivência, como, por exemplo, a garantia da integridade física.

Conheci Marisa em 2016, durante a sua primeira gestação, e não sei dizer por quanto tempo a sua história esteve incessantemente em minha cabeça. Foi neste momento que ultrapassei uma perspectiva individual privilegiada para me atentar ao fato de que o reconhecimento político-sexual da lesbianidade não garante a sua vivência, pois basta que as condições materiais mudem para que o regime da heterossexualidade se imponha com maior rigor, prevalecendo a garantia da sobrevivência. A história de Marisa também me possibilitou compreender a heterossexualidade enquanto uma relação de poder estrutural, e não uma questão subjetiva, individual e privada.

De tão impactante, a sua história definiu o rumo que o mestrado já em curso iria tomar. Deixei a análise inicialmente proposta para me dedicar ao que aqui chamo de heterossexualização de mulheres. A mudança impôs maior dificuldade, pois além da lacuna bibliográfica, comum aos temas que giram em torno da homossexualidade feminina, como se daria a realização de uma pesquisa justamente sobre a omissão da lesbianidade? Como

encontraria interlocutoras camufladas entre outras mulheres heterossexuais? Assumi a pesquisa ciente das dificuldades que encontraria.

As experiências de imposição hétero trazidas até aqui nos mostram três modelos de heterossexualização, aos quais chamarei de: (1) heterossexualização circunstancial, reservada a contextos ou ambientes específicos e concomitante à vivência da homossexualidade; (2) heterossexualização contínua, construída na ausência da homossexualidade; (3) e a heterossexualização condicional, ocorrida em adaptação às condições materiais de vida. A variedade de modelos de heterossexualização confirma o caráter dinâmico, contextualizado e histórico do regime heterossexual, como já discutido anteriormente, e demonstra a importância em considerar a diversidade de perspectivas para a construção da análise teórica. O meu argumento, desenvolvido ao longo desta pesquisa, é que a heterossexualização de mulheres resulta da imposição do regime heterossexual e a consequente interdição da potência revolucionária que a lesbianidade alcança quando politizada, de modo a garantir a reprodução social. Ou seja, corresponde a relações sociais estruturais.

Antes de entrarmos na análise da heterossexualização importa considerar que:

1. A heterossexualização é indissociável do regime político, econômico e ideológico da heterossexualidade. Portanto, está presente em todo contexto patriarcal.
2. A heterossexualização está posta para toda a sociedade, mas de modo desigual entre homens e mulheres.
3. Embora considere que as mulheres em harmonia com a heterossexualidade⁴ também são heterossexualizadas e se heterossexualizam, aqui opto por trabalhar apenas com a heterossexualização de mulheres em conflito com o regime heterossexual.

Uma análise construída a partir de perspectiva única poderia resultar no erro em concluir que a homossexualidade feminina, hoje, é uma possibilidade relativamente tranquila. Pode-se pensar que a imposição hétero, a interdição lésbica e a heterossexualização são problemas já ultrapassados ou reservados a locais específicos. Esta pesquisa vai na direção

⁴ A partir do pensamento de Monique Wittig, mulheres em harmonia com a heterossexualidade, ou seja, auto-identificadas heterossexuais, são, simplesmente, mulheres. Para fins didáticos, opto por manter o termo redundante.

oposta. Aqui demonstro que a lesbianidade não é uma possibilidade para todas as mulheres pois não depende apenas da vontade individual, mas das condições materiais que possibilitem recusar a heterossexualidade, que é uma estrutura de poder e não apenas prática sexual. Mesmo para mulheres cujos privilégios lhes permitam arcar com espaços aparentemente seguros para viver a homossexualidade, se consideramos que não nos é suficiente o espaço privado, mas sim a vivência plena da politização lésbica, sem adequações aos valores, normas, estética, linguagem ou ideais heterossexuais, estaremos de acordo que este “espaço seguro” é uma conquista apenas aparente dentro da própria estrutura e não representa um avanço significativo. Assim, podemos perceber que a recusa individual da heterossexualidade, embora importante, não basta para se alcançar a ruptura com a heterossexualidade, pois permanecem as relações sociais heterossexualizadas em que estamos todas inseridas.

1.1. METODOLOGIA

Antes de iniciar a pesquisa de campo, considerei que a heterossexualização não é vivenciada de uma única forma, mas possui gradações que vão da heterossexualização circunstancial à heterossexualização contínua. Para alcançar uma maior complexidade da temática, além de considerar a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe, a busca por interlocutoras considerou as gradações formuladas, estabelecendo como o tipo ideal de interlocutoras as mulheres com vivência atual ou remota de heterossexualização contínua. Outra condição para a busca por interlocutoras foi o conflito com a heterossexualidade. Não é o objetivo, aqui, analisar a heterossexualização de mulheres em harmonia com a heterossexualidade, mas sim analisar as que estão em conflito com ela. Para encontrá-las, mobilizei minha rede de contatos pessoal e profissional.

Por considerar que mulheres inseridas em espaços heteronormativos teriam condições de contribuir com elementos mais complexos, contraditórios e atuais para a análise, optei por buscar interlocutoras fora das redes de militância lésbica. A escolha alcançou o objetivo proposto, evitando perspectivas alinhadas e repetitivas. Foram realizadas entrevistas com cinco mulheres, variando entre uma a quatro horas de gravação, a depender de suas

disponibilidades. Destas, apenas uma foi indicada por outra mulher, também lésbica, sendo as demais parte de meus contatos pessoais. As entrevistas foram gravadas no horário e local de escolha das interlocutoras, sendo que uma delas ocorreu via *Skype* por não morar no Brasil. Para evitar material repetido, decidi trabalhar com quatro das cinco interlocutoras, que ofereceram um rico, diverso e extenso leque de vivências de heterossexualização. Contudo, uma das quatro entrevistas escolhidas para a construção da pesquisa resgatou memórias de extrema violência lesbofóbica, impactando fortemente a interlocutora e também a mim, que lhe escutava. O denso e angustiante peso da lesbofobia, conhecido pelas duas pessoas presentes na sala confortável e segura onde gravamos mais de três horas de conversa, foi responsável por decidir pela exclusão da entrevista neste trabalho. Levei meses até conseguir ouvir a gravação e ainda hoje não pude transcrevê-la, pois se lhe escutar foi difícil, analisá-la ainda não parece possível. Portanto, três interlocutoras seguiram para a análise e construção desta pesquisa: Rosely, Cristina e Cassandra⁵.

Ao convidá-las para participar da pesquisa, eu lhes informei a respeito de minha trajetória profissional e política com o tema da lesbianidade, de modo que o meu compromisso com ele pudesse despertar segurança nelas. Para que pudessem se reconhecer em minha história, resaltei o meu processo de envolvimento, crítica e conflito com a heterossexualidade. Também lhes resumi do que se tratava a pesquisa e, então, expliquei o porquê do meu interesse em entrevistá-las, garantindo-lhes o anonimato em todas as fases.

O fato do trabalho ser conduzido por alguém inserida na realidade pesquisada se mostrou determinante para o seu êxito. Como demonstra Rosely: “eu sempre tive muito receio de falar da minha vida, assim, como posso dizer, mais pra pessoas héteras. Mas quando é pessoas do meu mundo, do meu real, eu acho que eu me sentia mais à vontade pra falar⁶”. Durante todo o contato com as interlocutoras, mantive explícita a minha lesbianidade, a anterior vivência heterossexual e o percurso de compromisso profissional e político com o tema, possibilitando que construíssemos um vínculo seguro e confortável para compartilhar as histórias de nossas vidas. Devido ao tema ser espinhoso e sensível, frequentemente envolvido em memórias violentas, preocupei-me em apenas realizar a entrevista ao perceber que as

⁵ Nomes fictícios.

⁶ Rosely, entrevista realizada por mim em 29/12/19

interlocutoras estavam suficientemente confortáveis e abertas comigo. Portanto, o contato e construção de vínculo com elas precedeu a gravação da entrevista.

Ao mesmo tempo em que a minha homossexualidade se mostrou decisiva para a forma como as interlocutoras compartilharam suas experiências de heterossexualização, considero que a minha branquitude contribuiu para que as interlocutoras negras, Cristina e Rosely, não relatassem percepções e experiências pessoais de racismo. A ausência de relatos de experiência em primeira pessoa sobre racismo corrobora com Grada Kilomba ao afirmar que "foi mostrado repetidamente que informantes *negras/os* são reticentes em discutir suas experiências de racismo com uma/um entrevistadora/entrevistador *branca/o*" (2019, p. 83; grifos da autora).

A fim de manter um ambiente espontâneo e pretensamente horizontal, na condução da entrevista posicionei-me de forma presente e ativa. De modo proposital e estratégico, inseri nas entrevistas minhas experiências pessoais quando julguei necessário, como ao entrar em temas que provocavam alguma dificuldade, despertando empatia e reconhecimento na interlocutora e fazendo com que se sinta acolhida e confortável para compartilhar a sua história. Assim, houve falas minhas como: "(...) por exemplo, quando eu me abri pra minha família e contei, eu acho que as minhas amigas foram um grupo de apoio muito importante. Pra mim foi assim. Pra você também?". Considero que esta escolha também definiu o bom andamento da pesquisa de campo, pois possibilitou desenvolver questões de difícil acesso.

As sutilezas do campo impuseram a necessidade de adequar o caminho metodológico da pesquisa. A construção da confiança de interlocutora para com entrevistadora mostrou-se determinante para a realização das entrevistas, pois se trata de um grupo de difícil acesso, que comumente mantém a experiência e o desejo homoafetivos em segredo, além da paralela vivência heterossexual⁷, impondo concretas dificuldades para expor o tema, como a limitação de mobilidade e privacidade. Assim, demandou-se a construção prévia de vínculo e de partilhas de experiências. Estas não foram meras preferências pessoais, mas um caminho metodológico necessário para viabilizar a pesquisa.

⁷ Refiro-me não apenas a relações heterossexuais individuais e íntimas, mas também coletivas, como família, trabalho e vizinhança.

Utilizei a História Oral de Vida para a captação dos depoimentos das interlocutoras. Segundo Meihy (2008), trata-se de um ramo da história oral, derivado da história oral e história de vida, que compreende uma forma específica de captar os depoimentos, que deve ser realizada de modo oral e diretamente. Na História Oral de Vida, deve-se realizar entrevista livre, aberta, e evitar o esquema de perguntas e respostas, de modo a abrir espaço para a reflexão e argumentação da interlocutora acerca da própria experiência relatada. Desta forma, também é dada à interlocutora uma maior autonomia e liberdade para desencadear o relato em seu próprio ritmo, vontade e condições.

Nesta pesquisa, as narrativas de Cassandra, Rosely e Cristina foram captadas por entrevistas livres, sem um roteiro fixo ou perguntas pré-estabelecidas, nas quais eu intervinha apenas para facilitar a narrativa, atenta às necessidades das interlocutoras. Também utilizei a linha do tempo na captação das entrevistas, buscando refazer o caminho sequencial dos acontecimentos relatados pelas interlocutoras. A utilização desta metodologia possibilitou alcançar as suas experiências com a heterossexualização, o impacto da ideologia heterossexual em suas subjetividades e as estratégias, negociações e disputas para com a heterossexualidade.

Dada a importância da construção de vínculo e confiança, optei por utilizar a minha rede de contatos na busca por interlocutoras, o que foi possível pelo fato de estar implicada na pesquisa. O convite em primeira pessoa rendeu 4 entrevistas, porém estas ainda não haviam captado a variedade de narrativas desejada. Quando a minha rede de contatos se mostrou esgotada, recorri à amostragem por Bola de Neve. De acordo com Juliana Vinuto (2014), trata-se de um método de amostragem que utiliza cadeia de referências, contatando informantes-chave para obter indicações de pessoas com o perfil desejado. Esta é uma técnica especialmente útil para a pesquisa de grupos difíceis de serem estudados, seja quando há dificuldade de acesso ou quando se trata de questões sensíveis e/ou privadas. Ademais, o fato do contato a uma terceira pessoa ser intermediado por alguém conhecida por ambas favorece a construção de vínculo e confiança, o que teve grande utilidade na pesquisa.

1.2. AS INTERLOCUTORAS

"A experiência vivida é uma fonte de conhecimento"
Ochy Curiel, 2020

Cristina⁸

Cristina é uma mulher negra e nordestina de 38 anos, nascida em um município de 6 mil habitantes. Já aos 12 anos ela precisou fugir da cidade com o namorado, 10 anos mais velho, por ter iniciado a vida sexual. Quem lhe orientou a fugir foi a própria mãe, que temia a reação de seu pai. Cristina me conta que embora negasse, o namorado lhe chantageava, até que “com muito esforço conseguiu mexer comigo, transar comigo⁹”. O casamento, iniciado ainda na sua infância, durou 25 anos e com ele teve três filhos. Hoje, Cristina trabalha de segunda a sexta-feira como empregada doméstica em um bairro nobre na capital do Estado, o que implica passar cinco dias da semana em uma cidade que pouco conhece, dormindo no trabalho, com a mobilidade restrita e distante da família e amigos. Na sexta à noite ela viaja para o interior, onde mora com o atual namorado, e recomeça o trabalho já às 7h da segunda-feira. Ao me contar de sua rotina, Cristina resume que sai de uma prisão para entrar em outra.

Conhecemo-nos em um sábado de verão na praia mais acessível da cidade. Disputando um lugar ao sol na praia lotada e predominantemente frequentada por pessoas heterossexuais, eu e outra mulher trocávamos beijos, carinhos e risadas, exibindo cortes de cabelo considerados masculinos. A cena chamou a atenção de Cristina, que esperou o namorado entrar no mar para ir ao nosso encontro. Aproveitando o pouco tempo que ficaria desacompanhada, rapidamente contou que de longe nos olhava com admiração e nos parabenizou pela coragem. Em seguida confidenciou que ela também é lésbica, ainda que não possa estar com a mulher que ama, chamando-a pelo nome. Ao citá-la, os olhos de Cristina brilharam por um breve instante. Foi nesse momento que falou, levemente emocionada, que a

⁸ O nome é fictício e faz homenagem à poeta lésbica e uruguaia Cristina Peri Rossi.

⁹ Cristina, entrevista realizada por mim em 03/01/20.

nossa felicidade era a felicidade dela: “eu acho muito lindo vocês, vocês estão de parabéns. A felicidade de vocês é a minha felicidade”, repetiu.

Alertando para que interrompêssemos a conversa quando o seu namorado voltasse, também contou que embora esteja com ele por ocasiões da vida, não é o que sente “aqui dentro”. “Vocês me entendem?”, pergunta franzindo a testa, como quem acabava de falar algo que julgava incompreensível. Respondi que entendia perfeitamente, pois eu mesma já havia me sentido da mesma forma. Cristina nos olhava nos olhos, atenta, e era visível o quanto aquela conversa, rapidamente interrompida, importava para ela. Trocamos contato via *Instagram* prometendo que continuaríamos a conversa. Horas depois, quando publiquei uma foto daquele dia, ela comentou “amo vocês”.

Nós nos encontraríamos novamente dois dias depois, não fosse uma chuva tão forte que parou a cidade. Então, trocamos o encontro por uma ligação que durou pouco mais de uma hora. Ela me contou que ninguém, além das duas mulheres com quem teve experiências afetivo-sexuais, sabe de sua homossexualidade, e que estas mesmas experiências, ainda que pontuais e limitadas devido à falta de privacidade, bastaram para saber que é aquilo que lhe dá verdadeiro prazer. Já nos primeiros minutos da ligação, Cristina falava abertamente sobre sexo, orgasmo e desejo.

Além de falar sem pudor sobre si, nossa conversa foi marcada por sua curiosidade de um mundo ainda desconhecido, perguntando como eu havia "saído do armário", a aceitação da família, a dinâmica de relações entre mulheres e a diferença de minhas relações anteriores com homens. Mais que curiosidade, as perguntas expressavam uma busca por reconhecimento, referências e compreensão de si. Eu me tornava a única lésbica de seu meio social, ela me dizia. A única pessoa, portanto, com quem poderia conversar abertamente sobre o assunto. No decorrer de nossos encontros, não só ela se tornou interlocutora para a minha pesquisa, mas eu, também, me tornava mediadora entre o seu mundo e outro ainda distante.

O nosso terceiro contato aconteceu já no dia seguinte, perto de seu trabalho, o que lhe permitiu uma pausa. Continuamos a conversa do dia anterior, contando das nossas vidas que em alguns pontos se cruzavam, gerando um reconhecimento entre duas realidades tão desiguais. Ali, pessoalmente, me marcou como o seu corpo novamente ganhava vida ao falar

de mulheres, seja contando de si ou em meio a perguntas que me fazia. O brilho nos olhos, o sorriso no rosto e a movimentação do corpo desapareciam ao falar de sua relação com homens, parecendo mostrar qual caminho lhe fazia mais sentido. Em meio a indiferença com que falava da atual relação, Cristina me responde que namora por se sentir muito carente. Alguns meses depois, em outra conversa, diz gostar dele por se sentir segura. Embora fale desta relação como algo passageiro ou sem importância, afirmando que não comprometeria possíveis envolvimentos com mulheres, suas redes sociais mostravam o contrário, com fotos diárias do casal e declarações apaixonadas.

Continuamos o contato virtualmente, buscando uma oportunidade para a gravação da entrevista. Dois meses depois de nos conhecermos, Cristina me surpreende ao enviar fotos e vídeos íntimos e me convidar para irmos ao motel. Neste momento lembrei quando ela me contou que eu era a única lésbica que conhecia. Será que me via como uma única possibilidade, naquele momento, de vivenciar a homossexualidade? Seria essa a sua motivação para nossas conversas anteriores? A minha resposta negativa precedeu o seu distanciamento.

Após sucessivas e espaçadas tentativas de marcar a entrevista, inicio a busca por outras interlocutoras. Oito meses depois de nosso primeiro contato, para a minha surpresa, recebo a sua mensagem avisando que poderíamos fazer a entrevista naquela mesma noite, em seu trabalho. Recebi com felicidade a sua mensagem, porém não por muito tempo. Por que, depois de tantos meses, Cristina decide conceder novamente a entrevista? Era o segundo dia do ano e seus padrões poderiam estar viajando, pensei. Naquele momento fui tomada por um grande medo. O seu namorado poderia ter visto as mensagens eróticas que Cristina me enviou? Poderia estar com ela? Poderia ser ele o motivo da mensagem repentina? Eu estaria em uma situação de perigo? Marcamos a entrevista para o dia seguinte, no mesmo horário e local em que ela já havia escolhido.

Gravamos uma hora de conversa na área comum do prédio onde Cristina trabalha. No ambiente agradável aos moradores, mas bastante hostil aos trabalhadores, a entrevista foi limitada ao tempo de descanso de Cristina, que logo precisaria voltar ao trabalho, e também pelos olhares de quem transitava entre o elevador e a portaria. Se falar de um tema íntimo e sensível é custoso mesmo em um espaço privado e seguro, as circunstâncias em que

ocorreram a gravação certamente limitaram o seu alcance. Se as suas condições pessoais de mobilidade, privacidade e disponibilidade de tempo não são suficientes sequer para conceder uma entrevista, podemos imaginar o quão comprometida está a possibilidade, para ela, da vivência da homossexualidade e de sua politização.

A Cristina com quem conversei em janeiro de 2020 parecia uma pessoa diferente da que conheci em março do ano anterior. Na entrevista, ela desabafava sobre suas tristezas e frustrações: a recente agressão física que sofreu do ex-marido, a traição do atual namorado, a rotina entre o trabalho que lhe esgota e o homem que não lhe satisfaz sexualmente... Ao contrário de meses antes, Cristina não falou espontaneamente sobre mulheres, mas apenas quando eu iniciei o assunto. Os seus olhos também não brilhavam como no último verão, e uma grande tristeza permeou suas expressões e relatos. O único sorriso que Cristina esboça, já no final da entrevista, ocorre ao meu contar que naquele mesmo dia estive no salão de beleza e outra mulher lhe despertou o interesse. Seu relato é detalhado e lhe faz reviver a cena, finalizando com um sorriso espontâneo. Quando lhe lembrei que ela me parecia feliz e empolgada com as experiências com mulheres quando nos conhecemos, ela me disse: "Era. Mas eu me decepcionei porque, ô mulher... Tão difícil pra mim...". Vivendo entre duas prisões, como resume, foi na internet que Cristina encontrou um espaço viável para a vivência lésbica.

Rosely¹⁰

"Atrativo pra mim é ser feliz sem ter medo"

Rosely

Quando a participação de Cristina parecia não ser mais possível, muito me preocupou a ausência, na pesquisa, de uma experiência de heterossexualização específica e de difícil acesso: a mulher que, em detrimento de sua própria vontade, mantém relação heterossexual contínua. Mulheres de minha rede de contatos com este perfil já haviam recusado a

¹⁰ O nome é fictício e faz homenagem à militante lésbica e brasileira Rosely Roth.

participação na pesquisa. Então, recorri a indicações de novas interlocutoras, mesmo ciente da dificuldade de acesso.

A indicação de Rosely veio de uma antiga colega de trabalho, também lésbica, que me disse não saber se ela estaria no perfil que eu buscava ou se aceitaria ser entrevistada. Antes de iniciar as entrevistas, eu havia estabelecido que só iniciaria as gravações após contato prévio com as interlocutoras, quando essas demonstrassem estar suficientemente seguras e confortáveis, de modo que pudesse facilitar tratar de um tema íntimo e delicado. Devido à limitação de tempo, não pude fazer o mesmo com Rosely, que também não mora no Brasil. Decidi arriscar e, após apresentar a mim e a pesquisa, marcamos a entrevista por *Skype*, sem que eu tivesse demais informações de sua vida.

Surpreendentemente, a ausência de contato prévio não comprometeu a qualidade da conversa, que resultou em quatro horas de gravação dividida em dois dias. Já na primeira conversa, ela passa a me chamar de “Lu”, demonstrando o conforto e segurança suficientes para partilhar, em meio a lágrimas, até mesmo memórias traumáticas e dolorosas. O ambiente agradável construído a partir da troca de experiências e do reconhecimento mútuo também proporcionou que Rosely me tratasse com carinho e consideração, interrompendo a nossa conversa para me apresentar sua família e sua casa, diminuindo a distância física entre nós. Também me convidou para almoçarmos juntas quando estivesse novamente no Brasil. Assim como ela não era, para mim, um objeto de pesquisa, mas sim uma interlocutora, para ela eu não parecia ser uma acadêmica ou entrevistadora, mas uma pessoa que partilhava de algumas experiências semelhantes às suas.

Rosely é uma mulher negra e nordestina de 34 anos, nascida em um município de 26 mil habitantes. Atualmente com quatro filhos e uma neta, o seu primeiro relacionamento afetivo-sexual foi vivido aos 16 anos com outra mulher, escondidas de toda a cidade. Aos seis meses de namoro, Rosely precisou interrompê-lo após a então namorada revelar a intenção de expor a relação:

Eu fiquei apavorada, apavorada. Sabe o que é apavorada? Eu acabei o namoro com ela imediatamente. Tinha um rapaz que me paquerava no colégio, ó... E eu sempre levando em banho-maria. Do nada, eu acabei com ela e não deu meia hora, eu liguei pra o orelhão na frente da casa dele, mandei chamar ele e falei: ei, menino, nós namora a partir de hoje, visse? Fala pra todo mundo que tamos namorando.

Iniciada propositalmente para a sua proteção, a heterossexualização contínua vivida por Rosely inicia-se já aos seus 16 anos de idade. Ao falar deste relacionamento, Rosely utiliza um tom de deboche, raiva ou faz sinal de aspas, não atribuindo um nome ou imagem ao homem com quem se relacionou durante 7 anos e com quem teve os seus dois primeiros filhos. Dentro de seu relato, em um local onde apenas ela tem o poder de avaliar a sua história, Rosely não concede espaço à relação heterossexual.

O relato de si lhe dá a possibilidade de recuperar a própria história e o poder de redefini-la. Se, para a sua família, Rosely havia "ganhado na loteria" com o casamento, aqui ela pôde relatar quão custoso foi sustentá-lo: "pra mim, as piores partes era na hora do ato sexual. Pra mim era as piores horas. Na questão de conviver com ele, eu tive que me adaptar. Então, foi uma necessidade. Tive que me adaptar àquilo¹¹". Aqui Rosely não mais é definida pelos outros, mas torna-se a única autoridade da própria história, esmiuçando-a e renomeando o que fora nomeado erroneamente (Kilomba, 2019). Para bell hooks (2019), este é o percurso de deixar de ser objeto para tornar-se sujeito, pois este último detém o poder de autodefinição enquanto objeto é definido por outros.

Sua experiência revela um caminho não de consentimento, mas de disputa com o regime da heterossexualidade, pois ao mesmo tempo em que a necessidade de proteção frente à violência heterossexual impõe a negociação de sua identidade, durante toda a vivência de heterossexualização estiveram presentes estratégias para viabilizar a sua ruptura. Mostra-se, assim, a heterossexualização não como uma posição passiva ou imposta na ausência de agenciamento, mas um espaço de conflito e disputa com a heterossexualidade, ainda que em condições estruturalmente desiguais e hierárquicas.

A vivência da heterossexualização contínua não se encerrou com o fim do primeiro casamento. Se aos 16 anos Rosely se vê na iminência de ter a relação lésbica exposta, aos 28 ela é de fato tirada do armário para a pequena cidade onde nasceu. É neste cenário em que ela inicia a sua segunda relação hétero, novamente para a sua proteção e, agora, também de seus filhos. Ela me conta:

¹¹ Rosely, entrevista realizada por mim em 29/12/19.

A minha filha ter sofrido bullying por causa dela foi uma coisa que não curava dentro de mim. Eu fiquei louca na época, aí por isso que voltei a me envolver com homem, dentro da cidade ainda mais. [...] Eu fiquei louca, então falei assim: eu tenho que me envolver aqui com um homem pra ver se as pessoas esquecem desse negócio, pra ver se ameniza a vida dos meus filhos nessa cidade. E graças a Deus deu certo.

Cassandra¹²

Contrastando com as demais interlocutoras, Cassandra é uma mulher branca, de família financeiramente privilegiada, nascida na capital do Estado e cuja estética atual ultrapassa padrões de feminilidade, como o cabelo curto. Embora vivenciem realidades distintas, as três interlocutoras compartilham experiências semelhantes quanto às razões que lhes impuseram a heterossexualização e também o percurso direcionado à sua saída.

Aos 25 anos no momento em que gravamos a entrevista, Cassandra é uma mulher autoidentificada bissexual que cresce entre os limites rigorosos da igreja e o conservadorismo da família. Ainda que tenha vivenciado, em segredo, relações pontuais com outras mulheres na adolescência, o contexto em que vivia lhe fez assumir publicamente a heterossexualidade e já aos 18 anos ela se casa na igreja com um homem. Mesmo após a posterior recusa da heterossexualidade, Cassandra me conta sentir dificuldade em manter relações com outras mulheres devido aos próprios mecanismos de violência, material e ideológica, do regime hétero. A entrevista foi realizada em sua casa e teve a duração de 1 hora, o que limitou o alcance da conversa.

Uma descoberta importante da pesquisa, que será desenvolvida adiante, revela a utilização dos valores, moral e ética do próprio regime heterossexual como estratégia para sair dele. Realizada por todas as interlocutoras, esta mediação com a heterossexualidade ocorreu de modo intencional e planejado, a exemplo da criação de um fato social para legitimar, perante à comunidade, o término do casamento pelas mulheres — fato presente tanto na trajetória de Rosely quanto na de Cristina.

¹² O nome é fictício e faz homenagem à escritora lésbica e brasileira Cassandra Rios.

2. IMPOSIÇÃO HÉTERO, INTERDIÇÃO LÉSBICA

"Elas dizem que a realidade só existe depois de ser moldada por palavras regras regulamentos. Elas dizem que, no que lhes diz respeito, tudo deve ser feito a partir de elementos embrionários. Elas dizem que, em primeiro lugar, o vocabulário de toda língua deve ser analisado, modificado, revirado, que toda palavra deve ser meticulosamente examinada"

Monique Wittig, 2019

“Só não jogou mais porque não deixaram”¹³, diz a reportagem que resgata do anonimato a história de Sissi, atleta que, entre 1988 e 2000, foi titular da camisa 10 da Seleção Brasileira de Futebol Feminino. O motivo da interdição? Não assumir postura feminilizada. Mesmo o fato de estar no auge da carreira, quando conquistou o título de artilheira da Copa do Mundo de 1999, não lhe protegeu da punição sofrida ao raspar o cabelo no mesmo ano. A jogadora não teve mais oportunidades na Seleção e em 2000 passou a trabalhar nos Estados Unidos. À reportagem, Sissi conta como jogadoras mais feminilizadas eram selecionadas para serem entrevistadas enquanto ela era preterida. Na mesma época, transformou-se para uma sessão de fotos de uma revista: foi maquiada e vestida com roupas desconfortáveis, o que ela descreve como o pior momento de sua vida. “Foi a pior coisa que eu fiz na minha vida. Pra ser aceita. Ter um lado feminino”. Após este episódio, Sissi não aceitou mais convites semelhantes.

Já em 2001, a exaltação da beleza e sensualidade das jogadoras foi inserida no próprio regulamento do Campeonato Paulista de Futebol Feminino a fim de atrair o público masculino e “unir a imagem do futebol à feminilidade”¹⁴. Na ocasião, mais de 200 jogadoras

¹³ RENATA, Mendonça. “Brasil já teve gênio antes de Marta. E a rejeitou por um cabelo raspado”. 2019. Disponível em: <<https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2019/05/14/brasil-ja-teve-genio-antes-de-marta-e-a-rejeitou-por-um-cabelo-raspado/>>. Acesso em: 15 jul 2019.

¹⁴ CARVALHO, Brunno. “Sensualidade e beleza eram prioridades no regulamento do Paulistão feminino”. Disponível em: <<https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2017/09/24/sensualidade-e-beleza-eram-prioridades-no-regulamento-do-paulistao-feminino.htm>>. Acesso em: 15 jul 2019.

foram selecionadas para 12 times e, sendo a feminilização um dos critérios de escolha, o cabelo foi o pré-requisito para a seleção: “com cabelo raspado não joga”, disse Renato Duprat, então vice-presidente da Federação Paulista de Futebol. Note que a feminilidade é imposta e serve como um mecanismo de controle para as mulheres. Não é, portanto, natural, mas um elemento que compõe a heterossexualidade. É por isso que opto por utilizar o termo “feminilizada” em detrimento de “feminina”. A escolha se deve pelo fato de “feminilizada” não naturalizar a construção artificial da feminilidade. Pelo mesmo motivo, escolho utilizar “não-feminilizada” em detrimento do termo “masculinizada”.

O caso da jogadora Sissi e do Campeonato Paulista de Futebol Feminino são exemplos particularmente interessantes para mediar a análise da heterossexualidade, pois demonstram como ser heterossexualizada não está relacionada apenas à dimensão privada e sexual, mas sobretudo à dimensão pública, como na adequação aos valores e estética da heterossexualidade. Podemos observar, também, como em ambos os casos o produto a ser comercializado não é o futebol, mas as próprias jogadoras, objetificadas e hiperssexualizadas. Este é um dado importante do exemplo trazido acima, pois nele há um sexo que objetifica e outro que é objetificado. Um que comercializa e outro que é comercializado. De tão naturalizado, parece até mesmo desnecessário explicitar que o vetor destas relações ocorre de homens para mulheres. Assim, vê-se também a naturalização da posição desigual e hierárquica que ocupam nas relações sociais de sexo.

Ainda hoje considerada uma atividade masculina, no Brasil o futebol foi oficialmente proibido para as mulheres entre 1941 e 1983 por meio do decreto-lei 3.199, de 14 de abril de 1941, que também incluía halterofilismo, beisebol e lutas de qualquer tipo, instituindo que “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza”¹⁵. A concepção e defesa de uma suposta natureza feminina, considerada antes incompatível com esportes como o futebol, posteriormente passa a ser o próprio requisito para praticá-lo, como mostrado nos exemplos da jogadora Sissi e do Campeonato Paulista de Futebol Feminino. Esta aparente contradição revela elementos pertinentes à pesquisa. Historicamente considerado um esporte de lésbicas, o futebol feminino é incômodo apenas

¹⁵ Decreto-lei 3.199 de 14 de abril de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm>. Acesso em: 21 mai. 2019.

quando contesta a heterossexualidade; estando em conformidade com as normas, estética e valores heterossexuais, não é outra coisa senão a sua exaltação. O que está em jogo não é a prática esportiva feminina, mas o controle da lesbianidade e das próprias mulheres. Portanto, não é simplesmente o futebol que é interdito, mas o potencial político e crítico da lesbianidade.

Observe que a atuação da feminilidade foi exigida da jogadora Sissi sem que fosse necessário ter conhecimento de sua orientação sexual privada — o que, como disse Monique Wittig, atesta a complexidade da construção social da mulher, já que “para ser uma era necessário ser uma ‘verdadeira’” (2006, p. 35). O fato reforça a posição teórico-política assumida nesta pesquisa, que considera a heterossexualidade uma categoria de análise econômica, jurídica, ideológica, e não um dado subjetivo. Portanto, do ponto de vista da heterossexualidade, não basta manter a prática heterossexual privada, é necessário assumir relações sociais heterossexualizadas.

Aqui chegamos em um ponto central nesta pesquisa: a heterossexualização que abordo diz respeito à interdição do potencial crítico da lesbianidade, ou seja, a sua despolitização. Entendo, em concordância com Ochy Curiel (Teixeira; Silva; Figueiredo, 2017), que mesmo a dimensão individual e privada da homossexualidade feminina já desestabiliza a naturalização do desejo aos homens, o que é importante, mas insuficiente enquanto crítica à estrutura heterossexual. Quando, então, a homossexualidade feminina deixa de ser a exaltação do controle, fetiche e dominação masculina para se tornar incômoda e revolucionária? Ao assumir uma postura que contesta publicamente a heterossexualidade, a jogadora Sissi demonstra como um cabelo raspado pode ser mais crítico ao regime heterossexual do que colar velcro¹⁶.

O fato da homossexualidade feminina ser hipersexualizada e objetificada também reforça esta posição teórico-política aqui assumida. Em junho de 2019, em Londres, duas mulheres foram agredidas por um grupo de homens ao recusarem se beijar, coagidas após eles perceberem que se tratava de um casal¹⁷. Enquanto a lesbianidade é incentivada, produzida e

¹⁶ Prática sexual entre mulheres.

¹⁷ "Namoradas são agredidas em ônibus de Londres por se recusarem a se beijar". Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48561660>> . Acesso em: 23 jun. 2019.

consumida por homens, como na pornografia, não representa um perigo e nem encontra-se sob ataques. Ao contrário, trata-se da reafirmação do poder masculino e da heterossexualidade. Porém, basta que recuse ser transformada em objeto para o consumo de homens, como no exemplo acima, para que se torne um alvo. Violências lesbofóbicas servem sobretudo para o controle de toda a classe de sexo mulher e subordinação da homossexualidade feminina. Portanto, o centro do conflito com a heterossexualidade não está na prática homossexual feminina, mas na sua politização.

Vimos até aqui que a heterossexualização é indissociável do regime político, econômico e ideológico da heterossexualidade. Sendo esta uma estrutura de poder localizada e contextualizada, não funcionando de modo homogêneo e universal, o conflito com a heterossexualidade também será relativo. Assim, a heterossexualização assume os modos circunstancial, condicional e contínua e é performado de forma individual e/ou coletiva. O seu propósito é a despolitização da lesbianidade e a contenção de conflitos com a heterossexualidade, de modo que garanta a reprodução social.

A análise aqui apresentada foi construída a partir de grande contribuição do feminismo materialista francófono (FMF). Desenvolvida a partir de 1970, na França, e apenas traduzida pela primeira vez para português em 2014, desta corrente é especialmente útil o entendimento de homens e mulheres enquanto classes de sexo. Para o FMF, é a divisão sexual do trabalho que cria as categorias de sexo que, envolvidos em relações sociais estruturais, constituem-se enquanto classes. Considero importante conceber homens e mulheres enquanto classes de sexo por assumir que há, entre si, relações de conflito, disputa e oposição de ordem estruturais, e não interpessoais. Implica, também, considerar que não são construídas por fatores biológicos, mas por uma relação¹⁸ social que é material e histórica, e que estão em luta. Este é o ponto central do pensamento do FMF, estruturado a partir da recusa ao

¹⁸ Há, em francês, duas palavras com significados distintos — *rapport* e *relation* — que, em português, são traduzidas apenas por “relações”. Enquanto *relation* refere-se a relações cotidianas, individuais e interpessoais, onde não cabe problematização da organização estrutural da sociedade, *rapport* refere-se a relações estruturais e que envolvem necessariamente uma disputa entre grupos opostos. O feminismo materialista francófono utiliza *rappports sociaux de sexe* [relações sociais de sexo] para tratar da relação entre os sexos, o que evidencia o seu caráter estrutural.

naturalismo e ao essencialismo para a compreensão de homens e mulheres (CURIEL; FALQUET, 2014).

É também do feminismo materialista francófono outra formulação igualmente útil para esta pesquisa: a heterossexualidade enquanto um regime de dimensões econômica, política e ideológica que também organiza as relações sociais. Não é possível isolar ou separar a heterossexualidade das classes de sexo, ou das relações sociais estruturantes de sexo, pois ela está imbricada em sua base. Para se naturalizar, por exemplo, a construção de dois sexos desiguais e complementares, é necessário que a ideologia naturalizadora da heterossexualidade, o que Monique Wittig (2006) chamou de pensamento *straight*¹⁹, instaure “a crença cega de que, na Natureza, existem de verdade universal, única e exclusivamente, fêmeas e machos (e que se atraem mutuamente)” (CISNE; GURGEL, 2014, p. 250). É também por meio da dimensão estrutural da heterossexualidade que a classe de sexo dominante se apropria do trabalho, do corpo e da individualidade das mulheres (Wittig, 2006; Curiel, 2013).

No entanto, as contribuições teóricas do FMF, sozinhas, não poderiam dar conta da pesquisa aqui apresentada, já que a construção sócio-histórica brasileira não é a mesma do norte global, onde esta corrente foi desenvolvida. Usar seu pensamento sem adequar à realidade brasileira, que possui vivas e profundas raízes coloniais e racistas, seria um equívoco teórico-político. Na construção da pesquisa, utilizo também produções de conhecimento dos feminismos descolonial, negro e lésbico, e destes são especialmente úteis produções realizadas a partir de organizações políticas, como documentos produzidos pelo GALF, no Brasil, Combahee River Collective e organização *Lavender Menace*, nos EUA.

Antes de prosseguir com a pesquisa proposta, é importante questionar quais perspectivas de análise oferecem maior apreensão da heterossexualização de mulheres. Sendo o objetivo, aqui, compreendê-la em nível estrutural, uma análise limitada a práticas individuais seria insuficiente. Ademais, considerando também que a heterossexualização é produzida pela imposição do regime heterossexual que, para se impor, necessita interditar a sua crítica, convém questionar o que significa a interdição lésbica e o próprio significado

¹⁹ Wittig opta por não traduzir a palavra "straight" do inglês, que significa correto, em linha reta, direito, para contemplar não só a heterossexualidade enquanto prática sexual, mas também como dispositivo ideológico.

atribuído à lesbianidade. O que, exatamente, é interdito pela imposição da heterossexualidade?

Alargar o entendimento da heterossexualidade para um sistema de organização social, e não uma questão individual, como orientação sexual ou identidade, implica redimensionar o significado político de outras categorias de análise. O giro analítico também requer o questionamento do alcance da pesquisa. Se a análise teórica pretende compreender como e por que somos heterossexualizadas, a pesquisa direcionada para a organização do poder, onde se articulam capitalismo neoliberal, racismo, colonialismo e heteropatriarcado, oferecerá uma base mais fértil. Estando o foco no indivíduo, e não nas relações sociais em que este indivíduo está inserido, a pesquisa não alcançará o objetivo proposto.

No entanto, é importante defender que o problema não está na análise de identidades, mas em mobilizá-las como um fim em si mesmo. Ao analisar a relação entre transfeminismo e construção revolucionária, Amanda Palha (2019) defende que ao desconsiderar outras identidades que não a de classe, esforços teórico-políticos anticapitalistas deixam de alcançar uma compreensão mais rica de seu funcionamento, assumindo o risco de produzir uma análise descolada da realidade. Assim, para a autora, explorar o potencial das identidades possibilita: “(1) desvelar o seu caráter histórico e socialmente determinado, atravessando o véu da naturalização, e (2) convertê-la em instrumento potente de ações políticas anticapitalistas” (2019, p. 39).

Ochy Curiel (2014) também traz reflexões pertinentes ao analisar o movimento Casa pela Identidade de Mulheres Afro, da República Dominicana, do qual participa. A autora divide as ações do movimento em três momentos: o primeiro trata da “definição de uma política de identidade”; o segundo passa a ser “um trabalho político para fora”; e, no terceiro momento, o grupo realiza uma “articulação nacional, regional e mundial”. Para Curiel, enquanto a política de identidade foi importante para o reconhecimento do grupo enquanto mulheres negras, aumentando a auto-estima individual e coletiva, identificando e nomeando opressões comuns, também caracterizou-se pela homogeneização e essencialismo, “exatamente o mesmo erro político que criticamos ao feminismo branco” (2014, p. 3). No decorrer do texto, a autora defende que a política de identidade deve ser um meio e não um

fim, pois sozinha não supre a necessidade de superar com o produto da combinação de todas as opressões.

bell hooks também critica “a preocupação obsessiva, narcisista” (2019, p. 221) em encontrar uma identidade, o que acaba por desviar a atenção de políticas radicais para reduzir a busca por políticas de identidade. Para a autora, enquanto a identidade não pode ser um fim, a experiência pessoal também não deve ser desvalorizada ou suprimida. Propõe, então, revolucionar primeiro a maneira como o “eu” é analisado, considerando que a “compreensão crítica da realidade material concreta” (p. 224) deve ser a base para a sua politização. Por fim, considera que politizar experiências pessoais é importante, sobretudo para mulheres que têm sua história, humanidade e identidade negadas por processos de dominação. No entanto, é necessário ver que sua potência é reduzida quando se torna narcisista, devendo “vincular narrativas pessoais com o conhecimento de como devemos agir politicamente para mudar e transformar o mundo” (HOOKS, 2019, p. 229).

2.1. CARTOGRAFIAS SÁFICAS: A HETEROSSEXUALIDADE NO CAMPO TEÓRICO-POLÍTICO

"E por mais que se tenha admitido nos últimos anos que não existe natureza, que tudo é cultura, ainda há nesta cultura um núcleo de natureza que resiste ao exame. Uma relação excluída da análise social e que reveste um caráter de inelutabilidade na cultura como na natureza: é a relação heterossexual. Eu a chamaria de relação social obrigatória entre "homem" e "mulher"."

Monique Wittig, 2006

Questionar o que socialmente se entende por “mulher” e os limites e insuficiências de um feminismo centrado em uma experiência única não é novidade para mulheres não-brancas, não-heterossexuais, de classes sociais não-favorecidas e que vivem fora do norte global. Em

1851, ao ouvir que mulheres não poderiam ter os mesmos direitos que homens por serem frágeis e intelectualmente débeis, Sojourner Truth retruca: “e eu não sou uma mulher?” Tensionando uma formulação de feminilidade que, ao considerar que as mulheres eram inapropriadas ao trabalho, excluía as experiências de mulheres negras escravizadas. Mulheres de países colonizados, cujas experiências também não foram incluídas na concepção de mulher forjada na experiência “civilizada” do norte global, também tensionam o feminismo hegemônico e branco ao interrogar-lhe sobre o que significa o seu “nós” (Lugones, 2014). Quais experiências estão sendo de fato consideradas quando mulheres brancas do norte global falam de mulheres? A filósofa argentina Maria Lugones (2014) lança a crítica questionando também se não seria o caso de, a partir da pergunta de Sojourner Truth, rejeitar a sua resposta.

Em 1978, a francesa Monique Wittig afirma que “as lésbicas não são mulheres” (2014, p. 57) para evidenciar que a definição de feminilidade é fundamentada pela heterossexualidade. Para Wittig, é a própria exclusão de lésbicas ao conceito de feminilidade que comprova a construção artificial e impositiva da “mulher”, na qual a heterossexualidade opera enquanto um regime político estruturante. Reforça, assim, que a feminilidade não é um dado natural ou essência, mas uma construção social e histórica — e, portanto, mutável — com regras, em que a sua violação impõe a acusação de não ser uma mulher de verdade.

Politizar a heterossexualidade, alargando o seu entendimento para uma estrutura que organiza as relações sociais e que deve, portanto, integrar a análise teórica e prática política, é um esforço histórico do movimento lésbico, que vem criticando a naturalização da heterossexualidade, inclusive no movimento de mulheres, para construir um pensamento próprio. A desnaturalização e crítica da heterossexualidade tem seu marco na década de 1970 com Gayle Rubin em *Tráfico de mulheres. Notas sobre a ‘economia política’ do sexo*, em 1975, seguido pela estadunidense Adrienne Rich e pela francesa Monique Wittig, autoras clássicas da produção de conhecimento sobre lesbianidade.

Adrienne Rich (2010), em seu artigo clássico *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*, sustenta que a heterossexualidade, assim como a maternidade em contexto patriarcal, a exploração econômica e a família nuclear, são instituições nas quais as mulheres são tradicionalmente controladas. Para a autora, a obrigação da heterossexualidade se dá, no decorrer da história, pela imposição da força e controle da consciência da mulher,

transformando a heterossexualidade e o casamento em componentes inevitáveis em suas vidas, ainda que insatisfatórios ou opressivos.

Para Monique Wittig (2006), a heterossexualidade é um regime obrigatório e fundante das relações sociais estruturais de sexo e se baseia na apropriação e submissão das mulheres. Segundo a autora, a criação e naturalização de duas classes de sexo com características e funções não apenas distintas como também desiguais — homens e mulheres — fundam a sociedade enquanto heterossexual. Em *O Pensamento Straight*, produto de palestra realizada em 1978, Wittig finaliza com a famosa e polêmica frase em que afirma que “as lésbicas não são mulheres”. É neste ensaio que a autora trata mais especificamente do discurso dominante, utilizando da exclusão de lésbicas pelo próprio regime heterossexual como estratégia discursiva para desestabilizar a naturalização da heterossexualidade e defender o fim de homens e mulheres enquanto classes de sexo. Destaca, assim, que a “mulher” é uma construção social feita para corresponder a uma estrutura hegemônica indissociável da heterossexualidade, não podendo, então, ser natural, mas sim uma imposição.

Adrienne Rich inicia o artigo expondo que ele foi produzido com uma mescla de esperança e desejo, sendo uma tentativa de “desafiar o apagamento da existência lésbica de boa parte da literatura acadêmica feminista” (2010, p. 19) para que a heterossexualidade passe a ser considerada nas análises feministas, já que, para a autora, aquela é uma instituição política que retira o poder de todas as mulheres e não atinge apenas as lésbicas. As críticas ao feminismo heterocentrado e ao apagamento lésbico acompanham todo o artigo. Também crítica, Wittig parte da consideração de que o sexo, ou melhor, a classe de sexo mulher, não é a origem da opressão, mas sim uma marca, um produto da criação da diferença sexual, fundamento para o regime heterossexual. As diferenças sociais são produzidas, portanto, sobre uma ordem econômica, política e ideológica, que por sua vez é fundada no regime heterossexual. Para a autora, ao não questionar a heterossexualidade em suas análises, o feminismo não alcança a raiz da opressão das mulheres, conservando a heterossexualidade na ideia de natureza, na qual não há possibilidade de crítica ou superação (WITTIG, 2006).

Para melhor compreensão dos desafios e contribuições das obras de Monique Wittig e Adrienne Rich ao debate da heterossexualidade na literatura feminista, considero importante trazer elementos que situam o contexto em que foram produzidos. Segundo Maíra Abreu

(2018), em 1980, em sua edição de número 7, a revista francesa *Questions Féministes* publicava pela primeira vez textos que discutiam centralmente a heterossexualidade, até então apenas brevemente referenciada. Foram publicados dois textos que abordavam o tema: *Heterossexualidade e feminismo*, de Emmanuelle de Lesseps, e *O Pensamento Straight*, de Monique Wittig. O ensaio de Wittig impactou as reflexões feministas e provocou transformações teóricas e políticas sobre o assunto. Segundo Louise Turcotte (2006), a revista sofreu pressões para que fosse acrescentada uma nota que suavizasse a conclusão do ensaio, no qual Wittig afirma que as lésbicas não são mulheres. Ao abordar o tema, a edição de 1980 engatilhou discordâncias entre o coletivo de redação da revista, com a participação à distância de Wittig, já morando nos Estados Unidos, e chega ao fim no mesmo ano.

Tanto Wittig quanto Rich tiveram seus trabalhos impactados por uma obra que revolucionou toda a teoria e práxis feminista: o *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, lançado em 1949. No segundo volume da obra, Beauvoir dedica um capítulo à reflexão da existência lésbica, concluindo que esta é uma escolha realizada livremente e ocupando-se em explicar os motivos que levam as mulheres a realizá-la. Embora comece o texto com acertadas contribuições, criticando a explicação biologizante da lesbianidade e a rígida associação das lésbicas à não-feminilidade, no decorrer do texto a autora não ultrapassa o senso comum ancorado na naturalização da heterossexualidade, refletindo sobre as suas impressões pessoais sobre a existência lésbica desarticulada de qualquer mediação estrutural. As colocações de Simone de Beauvoir são também contraditórias. Enquanto idealiza a relação entre mulheres como um lugar de harmonia e não-violência, uma “exata reciprocidade” onde “as carícias são menos destinadas a se apropriar do outro do que a recriar-se lentamente através dele” (2016, p. 174), também coloca que:

as mulheres são levadas entre si a violências incríveis. O homem e a mulher intimidam-se pelo fato de serem diferentes; ele sente piedade diante dela, inquietação, esforça-se por tratá-la com cortesia, indulgência, distinção (...). Entre elas, as mulheres são implacáveis; frustram-se, provocam-se, perseguem-se, enfurecem-se e se arrastam mutuamente para o fundo da abjeção. A calma masculina, seja indiferença ou domínio sobre si mesmo, é um dique contra o qual se quebram as cenas femininas; mas, entre duas amigas (*sic*), há sobreposição de lágrimas e convulsões: sua paciência em remoer censuras e explicações é insaciável. Exigências, recriminações, ciúme, tirania, rodas essas pragas da vida conjugal se desencadeiam de forma exasperada (BEAUVOIR, 2016, p. 175).

A autora também reforça o distanciamento entre as mulheres e o erótico, de modo que no sexo entre mulheres “o erotismo muitas vezes importa muito pouco nessas uniões: a volúpia tem um caráter menos fulminante, menos vertiginoso do que entre o homem e a mulher, não provoca metamorfoses tão violentas. (...) Nunca são arrebatadas em êxtase frenéticos” (BEAUVOIR, 2016, p. 178-179). Em sua busca para explicar por que as mulheres escolhem a homossexualidade, a autora encontra motivos diversos, como a recusa à superioridade masculina e ao papel desempenhado pela mulher, ao mesmo tempo que “a maioria das lésbicas procura, ao contrário, apropriar-se dos tesouros de sua feminilidade” (idem, p. 174). Também considera que “a ausência ou o fracasso de relações heterossexuais as entregará à inversão. (...) Decepcionada pelo homem, procurará em braços femininos o amante que a traiu” (idem, p. 176-177). Enquanto a lesbianidade é analisada a partir do referencial masculino, vista como uma alternativa aos homens ou uma saída para a ausência de relações heterossexuais, como coloca Beauvoir, a heterossexualidade permanece naturalizada.

Foge ao alcance deste trabalho uma crítica mais extensa e aprofundada do pensamento de Simone de Beauvoir sobre a lesbianidade, sendo possível encontrá-la em produções como Tânia Navarro-Swain (1999), Patrícia Lessa (2008) e Gilberta Soares (2016). Interessa aqui demonstrar como a obra mais importante para o feminismo contemporâneo e ocidental, *O Segundo Sexo*, inscreve a existência lésbica no binarismo heterossexual a partir de determinações masculinas (Navarro-Swain, 1999). Considero que ainda mais grave que as declarações de Beauvoir é a pouca importância dada hoje na literatura feminista sobre suas declarações, mesmo passadas sete décadas. O fato é simbólico para compreender a profunda naturalização em que a heterossexualidade ainda é inserida.

Duas décadas após publicação de *O Segundo Sexo*, a estadunidense Betty Friedan escreve *A Mística Feminina*, obra que também se torna clássica para o feminismo ocidental contemporâneo. A escritora e ativista, então presidente da National Organization for Women (NOW), acusou as lésbicas de serem uma ameaça ao movimento de mulheres, chamando-as de *lavender menace* [ameaça violeta]. A exclusão gerou reação das lésbicas, que passaram a se organizar em grupo de mesmo nome e a denunciar a exclusão da qual que eram vítimas.

Em um cenário adverso, no qual pouco se havia produzido teoricamente para desnaturalizar a heterossexualidade ou politizar a lesbianidade, temáticas que representavam uma pedra no sapato do heterofeminismo, seja como tabu ou declarada ameaça, Monique Wittig e Adrienne Rich moldaram pensamentos profundamente radicais e exploratórios, mesmo com limitadas possibilidades de interlocução teórica. Ambas alcançaram a desnaturalização da heterossexualidade e politizaram questões específicas da mulher não-heterossexual, que até então passavam despercebidas pelas análises feministas.

A análise de Adrienne Rich (2010) tem como fio condutor a demonstração da obrigatoriedade da heterossexualidade para as mulheres, exercida por meio da imposição da força e controle da consciência. Embora ofereça uma contribuição imensurável ao debate, sobretudo em um contexto adverso, como colocado anteriormente, considero, em concordância com Jules Falquet (CISNE; GURGEL, 2014), que Rich por vezes cai na redução da heterossexualidade à prática sexual, reduzindo o alcance da sua análise.

Já as formulações de Monique Wittig (2006) ultrapassam os limites de Adrienne Rich ao teorizar a heterossexualidade enquanto uma estrutura de político, ideológico e econômico que dá base ao funcionamento das relações sociais. Para ela, é o regime heterossexual que fundamenta a criação dos sexos e a naturalização das desigualdades, sendo, assim, estruturante para a opressão das mulheres pelos homens. Seguindo a análise materialista, Wittig se ocupa não apenas em entender o funcionamento do regime heterossexual, mas principalmente superá-lo. A heterossexualidade integra, aqui, a raiz das relações sociais de sexo. Portanto, se analisada a partir da contribuição de Wittig, esta nunca deve ser entendida como uma opressão adicional ou reduzida à dimensão sexual.

Organização política e produção de conhecimento

Concordo com Ochy Curriel (2009) ao afirmar que, para o feminismo latinoamericano, superar a separação entre teoria e ativismo, formulando um conhecimento próprio, a partir de experiências localizadas e escapando da dependência intelectual eurocêntrica, é a condição para a sua descolonização e a possibilidade de romper com a análise de experiências locais por uma perspectiva colonizadora. Considero, também, que produção de conhecimento e

organização política são indissociáveis, sendo o conhecimento formulado não apenas pela escrita, sobretudo a escrita acadêmica, mas também, por exemplo, pela arte e tradição oral.

Organizações políticas lésbicas também produzem conhecimento a partir de suas experiências e práticas políticas, como as estadunidenses Combahee River Collective e Lavender Menace, e a brasileira Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF). O grupo de lésbicas negras Combahee River Collective, surgido em 1974 em Boston, formula em 1977 um documento que define a sua política de atuação. Considerando a heterossexualidade um sistema de opressão tal qual o racismo e o capitalismo, o documento é pioneiro ao defender que as opressões se interligam de modo simultâneo e sua síntese cria as condições de suas vidas. A perspectiva do documento se torna um marco por sua mudança de paradigma, contribuindo para o surgimento de propostas posteriores, como matriz de dominação (Hill Collins, 1990) e interseccionalidade (Crenshaw, 1993), que vem impactando a teoria crítica e o método investigativo feminista (Curiel, 2013). O documento também critica o separatismo lésbico, afirmando não ser esta uma estratégia nem uma análise viável para o grupo, que declara solidariedade aos homens negros progressistas.

Já o grupo Lavender Menace formula, em 1970, o manifesto intitulado *The Woman-Identified Woman* [A mulher que se identifica com a mulher]. A ideia principal do documento é a de que as mulheres só serão autônomas como seres humanos quando romperem com a identificação com os homens. Dito de outra forma: para o documento, as mulheres ainda estão se definindo a partir de sua relação com o homem, elemento que produz a noção de "mulher" e de feminilidade. Quando, por exemplo, mulheres consideram a lesbianidade uma alternativa ao machismo, não rompem com a identificação aos homens e eles permanecem no centro de suas vidas. Definidas pelos homens, as mulheres não conseguirão ultrapassar a sua condição de feminilidade para se tornar um ser completo, livre e autônomo. O manifesto também defende que apenas na identificação entre mulheres é possível construir uma nova definição de "mulher", não degradante e não violenta.

O documento considera também que o estigma de "lésbica" serve para manter todas as mulheres sob controle, de modo que não ultrapassem os limites impostos pela feminilidade. É por este motivo que, historicamente, as feministas são "acusadas" de serem lésbicas. Frente a este estigma, alguns movimentos de mulheres, na tentativa de ganhar aceitação social,

preferem desassociar-se da imagem da lésbica a assumir a politização da heterossexualidade. Dessa forma, elas continuam mantendo a identificação com os homens e não com as mulheres. Desassociar-se da lésbica, excluindo-a do movimento e considerando-a uma ameaça, foi o que fez Betty Friedan, como já mencionado.

Sobre a relação entre as lésbicas e o feminismo, a organização defende que trabalhar a lesbianidade de forma séria e não secundária é condição essencial para o êxito do movimento de libertação de mulheres. A pauta das mulheres não-heterossexuais não deve ser excluída ou diluída em outra considerada prioritária. Para o manifesto, enquanto o movimento de mulheres se nega a politizar a lesbianidade, não conseguirá contestar a naturalização do papel das mulheres e a dependência aos homens, pois sua base, a heterossexualidade, permanecerá intacta.

No Brasil, o primeiro contato entre organizações lésbica e feminista, segundo a historiadora lésbica Marisa Fernandes (2015), ocorreu em dezembro de 1979 quando o grupo paulista Lésbico-Feminista (LF), auto-organização dentro do Grupo Somos de Afirmação Homossexual, integrou a coordenação do II Congresso da Mulher Paulista. De acordo com a autora, a presença do LF não foi bem aceita e, para evitar conflitos, o grupo passou a utilizar o nome do Grupo Somos. No primeiro dia do evento, elas instalaram um painel escrito “amor entre mulheres” e algumas fotos, o qual foi encontrado destruído pouco tempo depois.

Ainda durante o evento, realizado em março de 1980 na capital de São Paulo, o grupo Lésbico-Feminista distribuiu um documento denunciando o aumento da violência sexual e a impunidade dos agressores. No entanto, este documento permanece dentro da heterossexualidade, pois sequer mencionou violências sexuais específicas contra mulheres não-heterossexuais, como o estupro corretivo. Porém, penso que em um espaço heterocentrado, onde as lésbicas estavam tendo contato pela primeira vez e além de serem minoria já não estavam sendo bem recebidas, distribuir um manifesto dentro do padrão heterossexual pode ter sido um meio encontrado para dialogar com as mulheres presentes, facilitando uma futura inserção e legitimidade no espaço político.

O episódio possibilita demonstrar que a heterossexualização não é uma posição passiva e individual das mulheres em concordância com a heterossexualidade, mas uma

relação ativa e dinâmica na qual ambas estão em disputa, ainda que em condições hierarquicamente desiguais. Assim, o posicionamento do grupo LF pode ter sido uma estratégia consciente de mediação e disputa política. Pela posição em desvantagem, os meios de ruptura com o regime heterossexual também se dão desde dentro, adequando-se para então transgredir. A heterossexualização como estratégia política foi identificada em todas as interlocutoras desta pesquisa e será aprofundada em breve.

O grupo Lésbico-Feminista, que posteriormente passa a se chamar GALF (Grupo de Ação Lésbica Feminista), produziu entre os anos 1981 e 1987 14 edições da publicação ChanacomChana, sendo a primeira edição em formato de jornal e as demais em forma de boletim. Provocativa desde o nome, ChanacomChana foi um material impresso de diálogo entre mulheres não-heterossexuais falando de suas vidas abertamente, “sem vergonha ou medo e até com muito orgulho” (BOLETIM CHANACOMCHANA, 1983, p.2). Na primeira edição, ainda enquanto jornal, nota-se a preocupação do grupo em conquistar espaço político em outros movimentos:

Já temos conseguido alguma coisa. Conseguimos, com certeza, através da análise de nossa problemática, alterar um pouco ou muito a vida de cada elemento do grupo. Conseguimos obter um espaço para as lésbicas no movimento feminista brasileiro e, também no mesmo, enfatizar a questão da sexualidade sempre tão esquecida. Conseguimos estimular a discussão sobre o feminismo no movimento homossexual, demonstrando estar a opressão do homossexual inteiramente ligada à dominação da mulher pelo homem. Conseguimos em suma, pela primeira vez, dar condições para que as mulheres homossexuais possam falar publicamente da marginalização a que são submetidas (JORNAL CHANACOMCHANA, 1981, p. 4).

O material era comercializado no Ferro's, bar frequentado por mulheres lésbicas na cidade de São Paulo. Segundo Marisa Fernandes (2015), funcionários do bar passaram dois meses tentando impedir a venda da ChanacomChana, ameaçando as militantes, até que em 23 de julho de 1983 tentaram expulsá-las à força, com agressões físicas, e só não conseguiram devido à reação das outras frequentadoras. O GALF, então, articulou-se com outros movimentos, ativistas dos direitos humanos, políticos e imprensa para “retomarem” o bar no dia 19 de agosto do mesmo ano. Bem sucedida, a ação foi um grande ato político e, em 2003, a data foi lançada como o Dia Nacional do Orgulho Lésbico.

Na edição de número 1 do boletim ChanacomChana, o humor é utilizado para criticar a exclusão das lésbicas nos espaços de atendimento às mulheres e, conseqüentemente, ao

feminismo heterocentrado. No quadrinho, três mulheres denunciam à atendente que foram demitida, expulsa de casa e da escola, respectivamente, por motivo de lesbofobia. Confusa, a funcionária pede que elas retornem pela manhã, pois à tarde só atendem mulheres. Assim, é reforçado o pensamento de Monique Wittig.



Fonte: Boletim ChanacomChana, São Paulo, n. 1, 1982.

No ano seguinte, o Grupo de Ação Lésbica Feminista politiza novamente a lesbianidade ao afirmar que esta não se esgota na prática sexual, mas que diz respeito a uma disputa política assumida, pensamento que converge novamente com Wittig e também com o coletivo Lavender Menace:

Para nós, portanto, nos autodenominarmos lésbicas representa não só uma forma de afirmação da nossa sexualidade específica, mas, muito mais que isso, significa uma postura de recusa ao papel submisso e dependente atribuído às mulheres e uma proposta de desobediência e autonomia na busca de novas formas de ver o mundo. Através dele, identificamos nossa luta contra o preconceito e passamos a existir política, social e culturalmente, rasgando o manto da invisibilidade que tanto interessa ao sistema. (BOLETIM CHANACOMCHANA, 1983, p.1)

Com o breve balanço histórico da politização da heterossexualidade, aqui apresentado, busco uma maior compreensão da atual produção teórica e política do tema. Embora os estudos feministas e de gênero tenham crescido e ganhado espaço, não apenas em âmbito acadêmico mas também fora dele, ainda se produz muito pouco sobre mulheres não-heterossexuais, marginalizadas ou simplesmente não inseridas. Também pouco se tem considerado a heterossexualidade enquanto estrutura, que segue comumente naturalizada e reduzida a uma dimensão individual, subjetiva ou cultural.

No Brasil, iniciativas acadêmicas vêm sendo tomadas para impulsionar a produção teórica sobre lesbianidade. O curso Pensamento Lésbico Contemporâneo, da UFBA, a plataforma e projeto Lésbicas que Pesquisam, da UFRGS, e a edição exclusiva sobre lesbianidades da revista Periódicus são alguns exemplos. Igualmente importante é o levantamento inédito, realizado por pesquisadoras da UFRJ, de crimes de lesbocídio — termo cunhado pelas próprias pesquisadoras para referir-se a assassinatos e suicídios de lésbicas e mulheres bissexuais em razão da lesbofobia. Todas as iniciativas mencionadas justificam sua relevância pela necessidade de romper a invisibilização da lesbianidade e a lacuna bibliográfica do tema. Podemos perceber como a denúncia da marginalização, exclusão ou invisibilização da existência lésbica, em análises teóricas e/ou práxis política, permanece ainda presente. Não foram encontradas pesquisas que analisem quantitativa ou qualitativamente as produções sobre heterossexualidade ou lesbianidade.

2.2. HETEROSSEXUALIDADE COMO FUNDAMENTO TEÓRICO

Monique Wittig

Quatro décadas já se passaram desde que Monique Wittig criticou a análise antinaturalista que não inclui o exame da heterossexualidade, o que contribui para mantê-la ancorada na ideia de natureza, onde não há possibilidade de superação. A crítica permanece atual e ainda hoje a heterossexualidade é pouco assumida como objeto de pesquisa, largamente naturalizada e reduzida a uma dimensão privada e individual. Ao mesmo tempo em que o fato compromete diretamente o avanço de discussões ligadas especificamente a

mulheres não-heterossexuais, como mostra a lacuna bibliográfica sobre lesbianidade, também os feminismos heterocentrados saem prejudicados, pois enquanto não assumirem a análise da heterossexualidade não alcançarão a raiz da exploração-dominação das mulheres. Wittig (2006) descreve a heterossexualidade como um regime político, econômico e ideológico que se baseia na submissão e apropriação das mulheres. A autora utilizou do trabalho de Colette Guillaumin (2014) sobre a apropriação para desenvolver o seu pensamento e demonstrar que embora as lésbicas, assim como as prostitutas, escapem da apropriação privada, permanecem na apropriação coletiva, que é também heterossexual.

O pensamento de Monique Wittig permite compreender que, assim como não é o sexo que cria a sua própria opressão mas é dela uma marca, ou seja, uma consequência, a origem da heterossexualização não está no indivíduo, mas sim na estrutura social. A heterossexualização de mulheres só acontece porque a sua classe é coagida a desenvolver relações econômicas, políticas e ideológicas heterossexualizadas. Recusar a heterossexualização significa recusar se tornar ou permanecer uma mulher. E a mulher, também para a autora, é construída por uma relação social específica com um homem, portanto “não se trata de uma questão de ser, mas de relações” (WITTIG, 2006, p. 26, tradução nossa). Consideramos que a produção de Wittig é um marco definitivo para a compreensão do funcionamento da sociedade, pois ao mesmo tempo em que desnaturaliza a heterossexualidade, a autora demonstra que esta não é um elemento a mais para as relações sociais, mas sim a base sobre a qual serão construídas as classes de sexo e por meio da qual a classe de sexo dominante apropria-se da classe dominada.

No ensaio *A categoria de sexo*, publicado originalmente em 1982, Monique Wittig (2006) demonstra como a base ideológica da heterossexualidade está na concepção do sexo como um dado natural e pré-existente, e seus conflitos como diferenças naturais, e não oposições. É apenas quando o sexo dominado se revolta que consegue desestabilizar a sua naturalização, mostrando que “é a opressão o que cria o sexo, não o contrário” (WITTIG, 2006, p. 22, tradução nossa). Assim, é a instauração do conflito que permite desnaturalizar as contradições entre os sexos e possibilita a sua superação. Para Wittig, a construção e naturalização de homens e mulheres como essencialmente desiguais e complementares já é a própria heterossexualidade. Estes são, portanto, categorias de sexo produzidas pela

heterossexualidade. Esta compreensão é importante por dois motivos. Primeiro, porque desloca a compreensão da heterossexualidade como uma dimensão individual, enquanto prática sexual, para um elemento consubstancial das relações sociais estruturantes de sexo. Segundo, porque possibilita desnaturalizar não apenas a existência de homens e mulheres, mas também da heterossexualidade. Assim, a partir do pensamento de Monique Wittig, compreendemos que não se é sexualizada sem ser heterossexualizada, sendo estes processos interdependentes e inseparáveis.

Segundo Monique Wittig, mulheres e homens são categorias de sexo que dão aparência de natureza para a relação que está na base da sociedade: a heterossexualidade. Construída sobre base heterossexual, a categoria de sexo mulher será necessariamente heterossexualizada, submetida a uma economia heterossexual e obrigada a reproduzir a sociedade. Também para a autora, é a imposição da reprodução social que dá origem à dimensão econômica da heterossexualidade, realizada por meio da apropriação individual e/ou coletiva das mulheres.

A heterossexualidade, então, está na base da sociedade e forma seres humanos não apenas sexualizados mas também heterossexualizados, submetidos a uma economia e ideologia heterossexuais. Estruturada pela dominação e apropriação das mulheres, é a relação heterossexual que as converte em “sexualmente disponíveis para os homens” (WITTIG, 2006, p. 27, tradução nossa), o que prova a materialidade da base heterossexual que sustenta a criação da categoria de sexo mulher.

Seguindo as formulações de Wittig, não se pode conceber a mulher fora da categoria de sexo e, portanto, fora da heterossexualidade, o que a autora irá aprofundar posteriormente no ensaio *O pensamento heterossexual*, ao afirmar que as lésbicas não são mulheres. Sustentada, como vimos, por uma base ideológica também heterossexual, a categoria de sexo aprisiona a mulher de modo que não consiga pensar fora dela, pois “forma o espírito e o corpo, porque controla toda produção mental” (p. 28).

Podemos visualizar a categoria de sexo como um muro muito alto que não permite enxergar por cima dele. Enquanto o muro é a categoria de sexo, o material que lhe constrói é a heterossexualidade. Nascidas e socializadas por entre estes muros, à mulher está dificultada a

percepção de que há outras possibilidades para além da heterossexualidade. É por isso que, para Wittig, o pensamento próprio e a existência autônoma das mulheres depende do fim da sociedade de sexos.

No ensaio *Não se nasce mulher*, publicado em 1981, Wittig critica a formulação do sistema sexo-gênero, natureza-cultura, que coloca como se a opressão das mulheres fosse construída socialmente sobre uma base natural. Para ela, naturalizando a biologia sobre a qual se construiria o sexo social, naturaliza-se também a heterossexualidade. Sustenta que o biológico também é social, pois não há nada fora da sociedade. A biologia — o “sexo” que precede o “gênero”, segundo o sistema sexo-gênero — não é a origem da opressão, mas uma consequência, pois é a opressão que cria a mulher: “antes de serem vistas dessa maneira, tiveram que ser feitas dessa maneira” (2006, p. 34).

Para Wittig, o fato de “a mulher” ser para as lésbicas um conceito limitador e opressivo é uma prova de sua construção artificial. Assim, a partir da existência lésbica e da análise feminista, é possível desnaturalizar “a mulher”. Uma prova de que a heterossexualidade constrói artificialmente a mulher é que a apropriação delas pelos homens — o que ocorre de uma classe de sexo para outra, evidenciando seu caráter estrutural e não interpessoal — tira as mulheres do alcance de lésbicas. Apropriadas, as mulheres estão ao alcance apenas dos homens.

É neste ensaio que se permite compreender que a recusa em se heterossexualizar é a recusa em se tornar uma mulher (e também um homem), o que “ultrapassa a mera recusa da performance da feminilidade. É a recusa de relacionar-se econômica, ideológica e politicamente a um homem” (p. 36). No final do texto, Wittig volta a esta discussão afirmando que a formação de uma lésbica é a recusa destas relações — econômicas, ideológicas e políticas — enquanto a adesão a estas mesmas relações formam a mulher:

O que constitui a uma mulher é uma relação social específica com um homem. Uma relação que temos chamado de servidão, uma relação que implica obrigações pessoais, físicas e também econômicas (“atribuição de residência”, trabalhos domésticos, deveres conjugais, produção ilimitada de filhos, etc.) uma relação da qual as lésbicas escapam quando recusam transformar-se ou permanecer heterossexual (WITTIG, 2006, p. 43, tradução nossa)

O ensaio *O pensamento heterossexual*, que intitula livro, é o mais famoso e polêmico de Monique Wittig. É fruto de uma palestra realizada em Nova York em 1978, publicada dois anos depois na revista *Questions Féministes*. Nele, Wittig desenvolve um pensamento acerca da linguagem enquanto instrumento de poder e controle social, ou seja, aqui o discurso não é compreendido como uma abstração, mas possui uma materialidade e é dela indissociável. Para a autora, na sociedade regida pela heterossexualidade a linguagem dominante será também heterossexual e irá produzir, em benefício próprio, um discurso naturalizador das desigualdades que produz, omitindo para a classe dominada as causas materiais de sua opressão. A naturalização da heterossexualidade necessita negar os discursos que a contestem. Assim, a heterossexualidade nega “toda a possibilidade de falar se não for em seus próprios termos” (WITTIG, 2006, p. 49, tradução nossa), negando também a possibilidade de criação de categorias próprias.

O discurso heterossexual, então, está na base da sociedade, exercendo desde dentro o controle para que não seja possível contestá-la — o que já fazem as lésbicas por sua simples existência. É dessa forma que, para Wittig (2006), dentro do discurso heterossexual tudo será heterossexualizado, inclusive a homossexualidade, pois “quando o pensamento heterossexual pensa a homossexualidade, esta não é mais que a heterossexualidade” (p. 52), diz. Consideramos que isto acontece como uma forma de reduzir o potencial subversivo da homossexualidade, capaz de colocar em xeque a naturalização da sociedade heterossexual. Quando pensada a partir da heterossexualidade, a lésbica é vista como um objeto à serviço dos membros da classe de sexo dominante ou uma escolha realizada para suprir a ausência ou fracasso de relações heterossexuais, como pensou Simone de Beauvoir. Em ambos os casos, a homossexualidade feminina não assume uma crítica ao regime heterossexual.

Sendo a mulher construída por relações sociais heterossexualizadas e naturalizada pelo discurso heterossexual, a lésbica, ao romper com a construção de sua classe de sexo, não é mais reconhecida por ela. É assim que, para Wittig, a lésbica não é uma mulher. Sua exclusão deve ser tomada como uma estratégia política para o fim do regime heterossexual e, conseqüentemente, das classes de sexo.

Compreender que o funcionamento do regime heterossexual é não só estrutural mas também localizado e contextualizado, nunca funcionando à parte da imbricação ao

capitalismo e racismo regida sob determinantes históricos, é imprescindível para não universalizar o impacto da heterossexualidade às mulheres. Considero ser esta uma premissa básica para a pesquisa aqui apresentada, pois embora a obrigatoriedade da heterossexualidade esteja posta a todas as mulheres, não acontecerá de modo universal, mas de acordo com as suas condições materiais. Uma mulher que não possui meios de garantir sozinha a sua sobrevivência é mais propensa a heterossexualizar-se de modo contínuo do que outra com mais autonomia.

Adrienne Rich

Adrienne Rich, ao trabalhar a obrigatoriedade da prática heterossexual, dando o nome de heterossexualidade compulsória, também aborda importantes elementos para a pesquisa da heterossexualização de mulheres. No entanto, a discussão não é aprofundada e se limita em exemplificar o “disfarce heterossexual”, para usar suas palavras, motivado por discriminação e violência. No início do artigo, a autora diz: “se ela não se disfarça, a lésbica enfrenta discriminação quando procura aluguel ou, então, perseguição e violência nas ruas” (2010, p. 19). As situações levantadas referem-se a uma *heterossexualização circunstancial*, mas que não se inicia nem se encerra nesta pontualidade. Uma abordagem voltada para a heterossexualidade enquanto estrutura e não prática sexual possibilitaria alargar o alcance da reflexão de Rich e analisar a violência heterossexual enquanto um mecanismo de controle de todas as mulheres e não apenas das que mantêm prática homossexual, como já bem colocava o coletivo Lavender Menace em 1970.

Assim como o caso da jogadora Sissi, se as lésbicas necessitam de disfarce em suas atividades diárias, como andar na rua e procurar aluguel, é porque não apenas a elas mas a todas as mulheres está interdito o conflito com os signos da feminilidade, de modo que não pareçam uma lésbica — a completa negação da verdadeira mulher. Novamente, não basta manter a prática heterossexual privada: é necessário assumir relações sociais heterossexualizadas.

No decorrer do artigo, Rich dialoga com a autora Catharine MacKinnon sobre a relação entre economia e heterossexualidade compulsória, trazendo elementos interessantes

para se pensar outra forma de heterossexualização. Elas colocam que o mercado de trabalho exige não apenas que a mulher esconda uma possível homossexualidade, mas também que se comporte como “uma mulher heterossexual em termos de seu vestuário, ao desempenhar um papel feminino, atencioso, de uma mulher ‘de verdade’” (RICH, 2010, p. 28). Considero esta passagem interessante, pois demonstra como a imposição da feminilidade não se esgota no que pode ser anexado como um acessório, como roupa, corte de cabelo e maquiagem, mas também exige a atuação da feminilidade, como docilidade, servidão e passividade. Para Adrienne Rich, o trabalho, assim como as outras instituições sociais, é um local de violência para as mulheres, em que precisarão se submeter como meio de garantir sobrevivência.

No que concerne à heterossexualização, a passagem mais interessante do artigo diz respeito à procura por casamento com um homem como forma de proteger-se da desvantagem econômica — pois, para algumas mulheres, a remuneração pelo trabalho desempenhado, quando recebida, é insuficiente para prover-se — somada à violência em que estão expostas. Vincular-se individualmente a um homem refere-se ao que venho chamando de heterossexualização contínua e é a expressão mais visível da interdição à lesbianidade, em prática sexual e crítica política.

Silvia Federici

Alguns anos antes, em 1975, Silvia Federici indaga: “podemos descartar, tão facilmente, a ideia de viver com um homem? E se perdermos nosso emprego?” (2019, p. 53). A relação entre heterossexualidade e dependência econômica é aprofundada no decorrer de sua obra, que defende a sexualidade das mulheres enquanto um trabalho, já que está subordinada à reprodução social. Assim, impõe-se a heterossexualidade e interdita-se a lesbianidade, pois “na moral burguesa, tudo que não é reprodutivo é obsceno, antinatural, pervertido” (p. 57).

No ensaio “Por que a sexualidade é trabalho”, escrito em 1975, Silvia Federici reflete sobre a relação entre imposição da heterossexualidade e controle mental, o que faz com que seja vista como a única possibilidade por muitas mulheres:

Aprendemos logo cedo a traçar uma linha entre as pessoas que podemos amar e as pessoas com quem apenas conversamos; aquelas para as quais podemos abrir nosso corpo e aquelas a quem podemos apenas abrir nossa “alma”; nossos amantes e nossos amigos. O resultado é que somos alma sem corpo para nossas amigas mulheres, e carne sem alma para nossos amantes homens. *E essa divisão nos separa não apenas das outras mulheres como também de nós mesmas* (FEDERICI, 2019, p. 57; grifo meu).

Ainda no mesmo ano, Federici considera que “a dependência econômica é a última forma de controle sobre nossa sexualidade” (p. 59). A autora não encerra sua ideia em uma orientação sexual, mas refere-se a mulheres enquanto grupo dominado e controlado. O fato de considerar a dependência econômica aos homens a última (e não a única) forma de controle da sexualidade também merece destaque. Sua afirmação vai de encontro a uma explicação do capitalismo como única causa para a situação de dominação das mulheres. Concordando com a autora, considero que a limitação de acesso aos recursos é mais uma condição material que mantém as mulheres, incluindo sua sexualidade, sob apropriação, controle e dependência da classe de sexo dominante, o que é aprofundado por Colette Guillaumin e Paola Tabet e será discutido em breve.

Em *O calibã e a bruxa*, Silvia Federici (2017) mostra como o controle sobre o corpo das mulheres na Europa ocorreu, dentro outros motivos, dada a necessidade de aumentar a população trabalhadora. Só então começou, por intervenção estatal, a perseguição da sexualidade não procriativa, a criminalização do aborto e da contracepção, instituindo a maternidade compulsória, o trabalho reprodutivo e o confinamento doméstico para as mulheres. Se na Alta Idade Média a igreja reconhecia que “as mulheres podiam estabelecer um limite para suas gestações. (...) As coisas, no entanto, mudaram drasticamente logo que o controle das mulheres sobre a reprodução começou a ser percebido como uma ameaça à estabilidade econômica e social” (FEDERICI, 2017, p. 84-85). Foi necessário, então, segundo a autora, travar uma guerra para que conseguisse tomar das mulheres o controle que exerciam sobre seu próprio corpo, o que foi exercido principalmente por meio da caça às bruxas, “que literalmente demonizou qualquer forma de controle de natalidade e de sexualidade não procriativa” (ibid, p. 174).

Seguindo a política estatal de aumento demográfico que criminalizou o controle reprodutivo pelas mulheres, a elas também foi dificultado o acesso a empregos, inclusive aqueles que tradicionalmente eram exercidos por mulheres, enquanto crescia a ideia de que não deveriam trabalhar fora de casa, sendo as atividades domésticas não remuneradas nem consideradas um trabalho (FEDERICI, 2017). Assim, para a autora, com a desvalorização do trabalho feminino, que fazia com que recebessem muito menos que os homens, passou a ser dado como certa a necessidade de vínculo heterossexual como condição de sua sobrevivência:

todo o trabalho feminino, quando realizado em casa, seria definido como “tarefa doméstica”, e até mesmo quando feito fora de casa era pago a um valor menor do que o trabalho masculino — nunca o suficiente para que as mulheres pudessem sobreviver dele. O casamento era visto como a verdadeira carreira para uma mulher, e a incapacidade das mulheres de sobreviverem sozinhas era algo dado como tão certo que, quando uma mulher solteira tentava se assentar em um vilarejo, era expulsada, mesmo se ganhasse um salário (FEDERICI, 2017, p. 184; grifo nosso).

Com o exposto, conseguimos voltar à pergunta de Silvia Federici — “podemos descartar, tão facilmente, a ideia de viver com um homem? E se perdermos nosso emprego?” — e concluir que, para muitas mulheres, o vínculo individual a um homem é condição de sobrevivência, ocasionada não só devido à violência econômica como também à violência física. Prova disso é que muitas não rompem suas relações, inclusive aquelas cuja violência ameaça diretamente as suas vidas, por não conseguirem se sustentar sozinhas, já que não há remuneração ou seguro-desemprego para o trabalho procriativo, sexual, produtivo, emocional e reprodutivo realizado nos anos de relacionamento. Cabe repetir que antes da dependência individual a um homem há a dependência estrutural das mulheres aos homens, enquanto classe de sexo, onde está o regime político, econômico e ideológico da heterossexualidade. Despertar para a estreita ligação entre dependência econômica e heterossexualidade possibilita perceber como a orientação sexual não é uma escolha realizada em um vácuo histórico e material, ou ainda que não se trata de prática sexual, mas de relações sociais.

Pesquisa sobre o impacto do Programa Bolsa Família para as mulheres, em que mais de 90% das titulares recebiam pela primeira vez uma renda fixa, mostram que o dinheiro representou a possibilidade de romper relacionamentos (Rego; Pinzani, 2013). Também estudos sobre mulheres em situação de rua mostram que é comum elas se associarem individualmente a um homem como meio de proteção (Tiene, 2004; Alves, 2013; Gonçalves,

2019). Quando a heterossexualidade é uma condição para preservar a própria vida, além de ceder à sua imposição resta organizar-se com a sua classe de sexo para escapar da apropriação individual. Dentre as mulheres em situação de rua, certamente há, também, aquelas que recusam vincular-se a um homem, até porque deixar de ser posse comum para ser posse de um único homem não lhe protege da violência dirigida por este.

O caso das mulheres em situação de rua também contribui para pensar a imposição da heterossexualidade. Talita Gonçalves (2019), em pesquisa sobre as mulheres que moram na rua e o direito ao corpo, conclui que estas são tratadas como se fossem públicas. Quando perguntadas sobre os desafios de morar na rua, mesmo não sendo a heterossexualidade o foco ou direcionamento da pesquisa, as interlocutoras enfatizam repetidas vezes, ao contar as suas experiências, a necessidade de vínculo com um homem como uma forma de proteção. Uma delas, Carolina²⁰, diz que enquanto estava sozinha andava armada para se proteger, o que não é mais necessário desde que se casou: “hoje em dia não tem nada disso porque eles têm respeito e conhecem quem é o meu marido, entendeu?” (p. 18). Ela também diz que

se mora na rua, tem que ter um homem pra proteger. (...) E aí a mulher que chega e diz assim: “porque eu sei, eu me cuido e não sei que, e se chega um e faz isso comigo eu peço e derrubo!”, não existe isso. Não existe isso. Por isso que eu acho que tem que ter um homem, sim, pra defender. Mas, hoje em dia, essas pessoas no mundo do crack tá difícil defender a mulher que tem na rua. Porque nem todos os homens pensam em defender *as suas próprias mulheres* na rua (GONÇALVES, 2019, p. 17, grifo nosso).

Outra interlocutora, identificada como Chiquinha, mesmo afirmando não haver diferença entre mulheres e homens que moram na rua, revela não considerar seguro, para uma mulher, estar sozinha, e que ela só se sente protegida por ter um marido. Outro ponto interessante da pesquisa é a fala de algumas interlocutoras afirmando que, em comparação aos homens, no que refere a manter-se financeiramente morando na rua, a mulher tem a facilidade de poder se prostituir, pois “já nasce com o ganha-pão” (2019, p. 33). Lembro, aqui, da pesquisa de Paola Tabet (2018), em que prostitutas italianas afirmam que estão sentadas sobre o seu capital.

²⁰ Os nomes são fictícios.

Embora a relação entre heterossexualidade e garantia de condições de vida esteja mais visível em situações extremas, como o das mulheres em situação de rua, concordo com Paola Tabet (2018) ao defender que em contextos onde as mulheres estão sob ameaça constante de violência e possuem limitação de acesso aos recursos e ao conhecimento, todas as mulheres estarão impelidas a trocar, com a classe de sexo dominante, o seu sexo por condições materiais de sobrevivência, seja na prostituição, seja no casamento — o que a autora chamou de intercâmbio econômico-sexual. Porém, considerar a heterossexualidade apenas uma consequência da dependência das mulheres aos homens, como pode aparentar, significaria um limite teórico e político, pois assim permaneceria reduzida a uma prática sexual. É necessário ver que a heterossexualidade é mesmo a base desta dependência. É por meio do regime heterossexual que as mulheres são apropriadas individual e coletivamente pela classe de sexo dominante (Wittig, 2006; Curiel, Falquet, 2014).

Proponho visualizar a relação entre heterossexualidade e dependência das mulheres como o corpo de uma planta. Enquanto o caule, folhas e frutos estão visíveis por cima da terra, representando a dependência econômica, física, jurídica e emocional das mulheres, e também a prática heterossexual compulsória, o regime político-econômico-ideológico heterossexual está em sua raiz, oculta por baixo da terra, onde também está a divisão sexual do trabalho. Quando centramos esforços para a autonomia das mulheres desconsiderando a heterossexualidade, podemos cortar as folhas, caule e frutos, mas deixamos intacta a sua raiz, que mesmo escondida continuará crescendo. O fato também mostra que a heterossexualidade permanece profundamente naturalizada, ao ponto de a ausência da homossexualidade, sua negação, não ser percebida nem questionada. Se considerarmos a heterossexualidade uma estrutura de poder, na ausência da homossexualidade veremos que as condições que lhe sustentam estão mais fortalecidas.

Já vimos com Monique Wittig (2006) que a heterossexualidade é a base da apropriação das mulheres, pois é a sociedade heterossexual que funda a categoria de sexo onde as mulheres são, além de apropriadas, heterossexualizadas e naturalizadas. As lésbicas, assim como as freiras e as prostitutas, escapam da apropriação individual a um homem, mas permanecem na apropriação coletiva, “o que as vincula à classe das mulheres e implica lutas conjuntas” (FALQUET, 2006, p. 29). Permanecendo na apropriação coletiva, também regida

pela heterossexualidade, “as lésbicas não só não se livram do assédio e violência sexual, mas também seus salários, o tipo de profissão a que podem pretender (...) não são fundamentalmente diferentes dos que correspondem às demais mulheres” (Curiel, Falquet, 2014). Assim, vemos que sair da apropriação individual não é suficiente, mas é necessário abolir as classes de sexo “se queremos começar a existir” (WITTIG, 2006, p. 28, tradução nossa). Monique Wittig também permite compreender que não se alcança a abolição das classes de sexo deixando intacta a heterossexualidade, pois é ela quem as constrói e naturaliza.

Colette Guillaumin

Monique Wittig desenvolve o seu pensamento retomando a formulação de Colette Guillaumin sobre a apropriação, o que também será útil para pensar a heterossexualização. Para Guillaumin, (2014) a apropriação é a natureza específica da opressão de mulheres, exercida nas relações sociais de sexo, e refere-se a uma relação de poder concreta que possui um efeito ideológico, naturalizando a mulher e justificando a condição de apropriada. Assim, materialidade e ideologia são duas faces de um mesmo fenômeno. Na apropriação individual, o que Guillaumin chamou de *relação de sexagem*, as mulheres são apropriadas física e diretamente, ou seja, possuem todo o corpo e as capacidades do corpo apropriados, e não apenas a força de trabalho, como se passa à classe de homens — o que faz com que o trabalho realizado por elas não seja quantificado nem mensurado, ou ainda considerado trabalho. Para a autora, são expressões da apropriação da classe mulheres a apropriação de seu tempo, a apropriação dos produtos de seu corpo, a obrigação sexual e o encargo físico dos membros do grupo. Já os meios para a apropriação são o mercado de trabalho, o confinamento no espaço, a demonstração de força, a coação sexual, o arsenal jurídico e o direito consuetudinário.

Sendo corpo e mente indivisíveis, a apropriação material de mulheres implica em sua despossessão mental. É por sermos apropriadas em corpo e mente que nos é dificultado não apenas transitar por qualquer lugar ou hora sem a tutela de um homem, mas também, pelo mesmo motivo, é que muitas de nós não consegue ou não pode pensar a sua vida sem um homem ao lado. Assim, “é como sujeitos que nós não existimos” (GUILLAUMIN, 2014, p.

43). Isto implica que, até estabelecer relativa posse sobre si, não é possível pensar fora da heterossexualidade, pois forma não apenas o corpo mas também o espírito, controlando toda a produção mental (WITTIG, 2006). Assim é que, ao saírem da apropriação privada a um homem, algumas mulheres descobrem que não tinham a posse de si por todo esse tempo.

Paola Tabet

Também importante para compreender a heterossexualização é a obra da antropóloga e socióloga Paola Tabet, mais especificamente o seu conceito da troca econômico-sexual. Em seu primeiro trabalho, traduzido para o português em 2014, Tabet analisa a divisão sexual do trabalho pelos instrumentos usados pelas duas classes de sexo em suas atividades, demonstrando que há um acesso diferenciado a homens e mulheres aos instrumentos e técnicas de trabalho, cabendo às mulheres o subequipamento, muitas vezes trabalhando apenas com as próprias mãos.

Em outro trabalho, a autora pesquisou o controle da procriação pela classe de sexo dominante, o que chamou de organização social do coito, mostrando que as mulheres estão submetidas à reprodução ininterrupta ou esterilização forçada a depender de vontades alheias a sua, sendo a procriação um verdadeiro trabalho. Esta pesquisa reforça o trabalho realizado por Silvia Federici, que demonstra que, durante a acumulação primitiva, o controle sobre a procriação foi tomado das mãos das mulheres pelo Estado, passando a atuar como supervisor do trabalho procriativo devido à necessidade de produzir mais trabalhadores. Assim, foram estabelecidas leis que bonificavam o casamento e penalizavam o celibato, a contracepção, o aborto e o infanticídio. Também passou a vigiar as mulheres para que a gestação não fosse interrompida (Federici, 2017). Como a violência concreta nunca está desvinculada de uma ideologia que a reforce, a instituição da maternidade compulsória esteve acompanhada da criação e naturalização do “instinto materno”.

Finalmente, em seu trabalho mais recente, até o momento sem tradução para o português, Paola Tabet (2018) pesquisa a troca entre o que viria a ser a sexualidade de mulheres por condições de sobrevivência, oferecida por homens, demonstrando que há um contínuo que liga o casamento à prostituição. Assim, “trabalhar à mão limpa, parir sem trégua

e ter relações sexuais por comida e teto: este parecia ser o eterno e natural destino da ‘mulher’” (FALQUET, 2018, p. 28, tradução nossa). Em *O intercâmbio econômico-sexual*, a autora defende que, em contextos em que as mulheres estão sob constante ameaça da violência e têm menos acesso aos recursos e ao conhecimento, toda a classe mulher está impelida a trocar o seu sexo por condições materiais de sobrevivência, abarcando entre a prostituição e o casamento múltiplas formas de troca. Isso porque as relações sociais de sexo não são universais ou homogêneas, mas organizam-se imbricadas ao capitalismo e racismo, variando também de acordo com contextos históricos e geográficos.

Seu trabalho oferece inúmeras contribuições ao campo feminista, por exemplo alargando a compreensão de prostituição — as características da “boa” mulher em uma sociedade pode ser as da prostituta em outra — e demonstrando que esta não é a única forma de troca monetarizada de sexo. Aliás, para Paola Tabet, a transação econômica é central nas relações entre homens e mulheres. Sua pesquisa também possibilita dar um salto teórico e político ao mostrar que a gestão da sexualidade e procriação de mulheres está no centro da divisão sexual do trabalho (Tabet, 2018).

Sua pesquisa também contribui para compreender a imposição estrutural da heterossexualidade e a interdição à sua saída, pois demonstra como toda a classe de sexo oprimida, as mulheres, é impelida a entrar em uma relação de dependência aos homens, pois não possui as mesmas condições materiais que a classe de sexo dominante, o que envolve não só a posse de recursos financeiros como também a posição de poder estabelecida socialmente. No entanto, embora escolha analisar apenas as trocas econômico-sexuais realizadas entre homens e mulheres, ocorridas em uma relação de poder estrutural, Tabet não analisa o regime hétero e nem examina as correlações entre a heterossexualidade e dependência estrutural das mulheres aos homens. Se estudado sem perder de vista as contribuições de Monique Wittig, o trabalho de Paola Tabet possibilita reforçar que a heterossexualidade não é uma escolha, sobretudo realizada em um vácuo material. Considero, portanto, que o contínuo teorizado pela autora poderia ser denominado *contínuo da troca econômico-heterossexual*.

Aqui, a maior contribuição da pesquisa realizada por Tabet é evidenciar que, em um contexto onde operam as três condições para a troca econômico-sexual — menor acesso a recursos e conhecimento, além da ameaça constante da violência — as mulheres não têm

autonomia sobre a própria sexualidade, mas esta é alienada de si, apropriada e objetificada. Em outras palavras: o que viria a ser a nossa sexualidade é antes transformada em serviço *para os homens*. É por isso que Jules Falquet (2018) defende que, para viver uma sexualidade prazerosa, as mulheres necessitam sair do contínuo econômico-sexual, o que requer o fim de sua base material: a limitação aos recursos e conhecimento e a ameaça constante da violência, pois enquanto operarem estas três condições, a sexualidade estará sob uma relação de poder.

Uma passagem do texto, que é formulado a partir de pesquisa antropológica em diversos países, trata do acesso diferenciado de meninos e meninas à alimentação, observada em Burkina Faso. Enquanto a comida era negada para as crianças do sexo feminino, o mesmo não acontecia aos meninos. A explicação dada por quem lhe negava foi que “uma mulher em toda a sua vida não poderá nunca satisfazer suas necessidades, melhor acostamá-las logo” (TABET, 2018, p 17, tradução nossa). Não devemos admitir que, pelo mesmo motivo, a classe de sexo mulher é desde a infância direcionada a uma sexualidade violenta, opressora e insatisfatória como garantia de sustento, estabilidade, proteção e/ou legitimidade social?

Nicole-Claude Mathieu

Nicole-Claude Mathieu (2021, no prelo) foi uma antropóloga e socióloga francesa, lésbica, cujo trabalho representa grande contribuição para a teoria feminista em geral e para o feminismo materialista em particular. Em 1977, Mathieu desenvolve uma crítica ao conceito de “sistema sexo-gênero”, empenhando-se na desnaturalização não só do gênero como também do sexo, defendendo que ambos são socialmente construídos. A mesma crítica é posteriormente realizada por Judith Butler, na década de 1990, a quem costuma-se atribuir o título de inédita.

Dentre sua obra, o ensaio *Quando ceder não é consentir*, publicado originalmente em 1985 e a ser publicado em português pela Edufba, oferece grande contribuição para a análise da heterossexualidade. Trata-se de um estudo sobre os determinantes materiais da consciência de um grupo estruturalmente localizado: as mulheres. Mathieu indaga: um ponto particular de uma relação social produz uma consciência específica? Em outras palavras: por estar a mulher subordinada a uma relação de dominação nas relações sociais de sexo, o seu grupo produzirá

uma consciência homogênea frente à própria experiência? Não. Nicole-Claude Mathieu afirma que, enquanto para a classe de homens há diferenças mais ou menos sutis, por se tratar da ideologia dominante, devido aos próprios mecanismos de dominação patriarcal, as mulheres produzem diversos tipos de consciência e de conhecimento.

Seu estudo evidencia que a consciência não é construída de forma autônoma, mas a partir de condições materiais — no caso das mulheres, condições materiais que dificultam desenvolver uma consciência crítica. São fatores identificados como determinantes: (1) os valores patriarcais contraditórios; (2) a limitação ao conhecimento, inclusive ao conhecimento da própria condição de mulher; (3) restrições físicas; (4) e o trabalho contínuo, embora muitas vezes não seja considerado um trabalho. Assim, vivendo sob constantes limitações, incluindo ao descanso e ao lazer, nós mulheres estamos desenvolvendo nossa consciência a partir de condições também limitadoras e frequentemente adversas para a construção de uma consciência crítica e de uma postura revolucionária.

Em sua análise, Mathieu (2021, no prelo) enfatiza a limitação provocada pelo encargo das crianças, que envolve o trabalho de cuidado e sexual, fazendo com que se perca, em alguns casos, uma dimensão individual da mulher. É o caso de mulheres pobres com uma ou duas dezenas de filhos sob a sua responsabilidade e sem remuneração pelo trabalho realizado — como é o caso de Maria, exemplo trazido no primeiro capítulo. Se a mulher trabalha ininterruptamente e, em seu tempo livre, o pastor e a novela reforçam a naturalização da heterossexualidade e de sua violência, como se constrói um pensamento crítico a respeito da própria condição? E, quando alcançada uma consciência crítica, como burlar as concretas ameaças de violência para assumir ações revolucionárias? Não se trata, portanto, de um ato individual de coragem.

Organizada em diversos âmbitos a estrutural dependência das mulheres aos homens, como pensar fora da heterossexualidade? Em uma economia heterossexual, uma ideologia heterossexual, uma organização heterossexual do espaço, uma política heterossexual, legislação heterossexual e instituições heterossexuais, como ultrapassar a naturalização da heterossexualidade, conceber um imaginário não-heterossexual e desenvolver uma postura crítica frente a ela? Qual o impacto desses fatores para a formação de nossa subjetividade? Qual “eu” será construído? Provavelmente, um eu-heterossexual e marcado por valores

heterossexuais, como a feminilidade. Como afirma Nicole-Claude Mathieu, a consciência é desenvolvida sob determinantes específicos. Enquanto uma consciência hétero constrói-se em conformidade à ideologia dominante, uma consciência crítica à heterossexualidade estrutura-se a partir do conflito.

A autora considera que, embora a "heterossexualidade-casamento-filhos" seja um valor dominante exigido a homens e mulheres, há distinções importantes entre eles, pois em diversas sociedades homens podem transgredir tais valores ao transitar em margens em que as mulheres são excluídas. Ainda que necessitem pesquisas sobre o tema, é fato que as mulheres, comparadas aos homens, são mais suscetíveis à heterossexualidade compulsória. Tanto que é uma realidade comum, para a maioria das mulheres em conflito com a heterossexualidade, vivenciarem a homossexualidade somente após relações heterossexuais prévias. Como afirma Mathieu:

É que, na medida em que se consiga submeter totalmente as mulheres à reprodução, a homossexualidade masculina pode ser estruturalmente homogênea com o poder dos homens sobre as mulheres e não é, então, necessariamente contraditória com uma heterossexualidade reprodutiva masculina. Em vez disso, a homossexualidade feminina, na medida em que ela exprime uma recusa ao poder dos homens de utilização das mulheres com o único propósito do governo dos homens (o que não é sempre o caso: ela pode ser o resultado contingente de um confinamento das mulheres pelos homens, o que a faz então desimportante no plano social) é evidentemente mais perigosa. Assim, em uma dada sociedade, se pode mostrar que, por um lado, as mulheres são obrigadas mais, mais cedo e por mais tempo que os homens ao casamento, à reprodução e à heterossexualidade em geral; e que, por outro lado, a homossexualidade é mais reprimida entre elas, nos encontramos diante de um valor de dominação que apenas se aplica *verdadeiramente* ao dominado. Na realidade, é um valor específico-dominado. Referir-se a ele como valor "geral" é a expressão da mistificação do dominado, e *não* de seu "consentimento à dominação", já que ele não sabe, ele não tem os meios para saber que *não se trata* de um valor geral. *Isto* é escondido dele. (MATHIEU, 2021, no prelo, p. 197-198)

A obra de Nicole-Claude Mathieu reúne um rico, extenso e radical pensamento, contribuindo não apenas para a compreensão da condição das mulheres enquanto classe de sexo, mas oferecendo, também, armas teóricas para o seu dismantelamento (Mano, Falquet, 2021, no prelo). Para a pesquisa aqui desenvolvida, considero que a sua maior contribuição está na análise do impacto do regime heterossexual para a formação da consciência das mulheres, realizada em *Quando ceder não é consentir*. Considerando a heterossexualidade um valor de dominação, a análise materialista da consciência, realizada por Mathieu, permite compreender que moldar a subjetividade das mulheres é a forma mais eficiente de impor e

legitimar a heterossexualidade, pois molda um ser que atua, pensa e circula dentro dela. Demonstrando como a tomada de consciência e revolta perante a opressão está condicionada a determinantes materiais limitadores, seu trabalho também permite compreender como é construída a interdição à saída da heterossexualidade.

Convém explicitar que Mathieu não localiza as mulheres em uma posição de passividade ou de ausência de agenciamento. Ao analisar o funcionamento das relações sociais de sexo e o requinte dos mecanismos de dominação, Mathieu também oferece uma compreensão sobre as ferramentas que permitem transformar muros em pontes, pontuando que alguns valores dominantes podem ser úteis para ser reutilizados pelas dominadas, transformando-os em valores de libertação após um processo de tomada de consciência. A reutilização dos valores dominantes pelas interlocutoras torna-se evidente na pesquisa de campo, o que será desenvolvido no capítulo seguinte.

3. A HETEROSSEXUALIZAÇÃO

*"Os gritos os risos os movimentos
Elas afirmam triunfantes que
Todo gesto é subversão"*

Monique Wittig, 2019

Já vimos que a heterossexualidade é um regime de dimensões política, econômica e ideológica que está na base de toda a sociedade, produzindo a binaridade de categorias de sexo e organizando as relações estruturais entre elas. Não se trata, portanto, de uma sexualidade, sobretudo inata. Primeiro, porque é uma estrutura social cuja prática sexual hétero, consequência da apropriação, é apenas uma de suas marcas e não o seu fundamento (Falquet, 2014). Segundo, porque não é natural, mas uma construção social e histórica que, para se impor, necessita utilizar coerções materiais e ideológicas. Então, sair da heterossexualidade não depende de uma simples opção individual, pois como ela é muito mais ampla que a sexualidade, a prática homossexual não necessariamente a contesta. Estando imposta a heterossexualidade, a sua saída, então, é interdita.

Ao afirmar que as lésbicas não são mulheres, Monique Wittig (2006) lança não apenas uma contribuição teórica, mas uma proposta de luta radical e coletiva. Trata-se de um direcionamento para o enfrentamento das mulheres à heterossexualidade. Uma proposta política que se pretende transitória, já que não se deseja instituir um terceiro sexo, mas pôr fim ao regime hétero que produz homens e mulheres. Aqui, não se deseja reformar a heterossexualidade para que a homossexualidade seja "tolerada" ou "inclusa", mas pôr fim a este regime que integra a organização do poder. Findadas estas categorias de sexo, a lésbica também não existirá. Esta consideração é importante pois redimensiona a compreensão e o sentido sobre ser lésbica. Para o pensamento de Wittig, que aqui utilizo, não se trata de uma identidade definida pela preferência sexual, mas uma posição crítica à heterossexualidade, assumida após a tomada de consciência de sua imposição e a recusa a permanecer nela. Devido à violência com que a heterossexualidade utiliza para se impor, “[as mulheres] não podem dissociar-se da ordem heterossexual a não ser fugindo dela uma por uma” (2006, p. 60).

Entendo que, para as mulheres, fugir de sua classe de sexo para assumir uma postura revolucionária frente à heterossexualidade é um caminho violento e conflituoso, marcado por concretas limitações físicas e mentais, que, em última instância, podem não só dificultar como interditar a lesbianidade. Romper com a sua classe de sexo significa recusar relações sociais específicas, o que inclui o trabalho procriativo, sexual, emocional, produtivo e reprodutivo para o sexo dominante (Falquet, 2008). A interdição lésbica, portanto, é não apenas a interdição da postura crítica à heterossexualidade, mas a interdição de todas as mulheres, inclusive daquelas que estão em harmonia com a heterossexualidade, à autonomia e ao conhecimento e enfrentamento de suas amarras. Porém, não basta fugir (para onde?) da classe de sexo e conseguir romper com a apropriação individual a um homem, pois ainda resta a apropriação coletiva, também regida pela heterossexualidade.

Voltando à analogia da categoria de sexo como um muro alto, em que a heterossexualidade é o material que lhe constrói, acrescento que não basta conseguir pular o muro, pois ainda que sejam cem, mil ou um milhão de lésbicas fugitivas, enquanto houver muro, o problema não estará solucionado. É necessário explodi-lo. E para abolir as classes de sexo e o regime heterossexual, rumo à construção de uma nova sociedade com novas relações sociais, é preciso lutar coletivamente mirando a organização simultânea das opressões, pois a heterossexualidade não é gerida à parte do racismo e do capitalismo. É apenas a luta coletiva que permite convertê-los em lixo²¹ e construir outras formas de viver.

Nesta pesquisa, ocupei-me em investigar a relação entre a heterossexualidade e quem lhe recusa, embora necessite permanecer nela devido às coerções materiais e ideológicas já mencionadas. Trata-se de uma investigação com mulheres que viveram ou vivem na heterossexualização contínua, ou seja: que se encontram na apropriação não só coletiva como individual, no sentido trazido por Colette Guillaumin (2014), mantendo relações estáveis com homens. Na pesquisa de campo, ocupei-me em alcançar as suas experiências, críticas e mediações com a heterossexualidade. Como se dá a mediação entre o regime heterossexual e quem lhe recusa, mas, por necessidade, permanece vivendo-a? Como é construída, neste caso,

²¹ Lembro, aqui, do poema da revolucionária, guerrilheira e poeta da Revolução Sandinista Gioconda Belli: “(...) vamos e que ninguém fique no caminho/ para que este amor tenha a força dos terremotos/ dos ciclones, dos furacões/ e tudo que nos aprisionava/ exploda convertido em lixo”.

a formação de uma consciência a respeito da heterossexualidade? Como foram construídas a interdição da lesbianidade e imposição da heterossexualidade? Como estas mulheres administram o controle heterossexual enquanto constroem-se em conflito com ele? Quais ferramentas elaboram para sair da heterossexualidade?

Iniciei esta investigação compreendendo que a heterossexualização se trata de um elemento indissociável da imposição hétero. Embora não tenha encontrado discussões anteriores acerca do termo, ele já havia sido mencionado por Monique Wittig e Adrienne Rich. Em 1989, Wittig o utiliza para afirmar que, por meio da criação e naturalização da classe de sexo mulher, “metade da população — as mulheres — é heterossexualizada” (2006, p. 70), defendendo, assim, que é a heterossexualidade que produz a mulher. “Heterossexualizar” é utilizado, portanto, para designar a ação do regime heterossexual. Compreendendo que a heterossexualidade se trata de uma relação social, envolvendo não apenas a dominação, mas também a disputa, conflito e resistência (Kergoat, 2016), iniciei este estudo com o objetivo de compreender dinâmicas existentes entre a imposição da heterossexualidade e a recusa das mulheres em serem heterossexualizadas. Desta forma, optei por realizar uma pesquisa centrada em sujeitos, investigando o impacto da heterossexualidade a nível individual e nas relações interpessoais, a partir de suas experiências cotidianas. Pude observar que além da heterossexualização ser uma posição ativa da mulher, em que ela a utiliza primeiro como garantia de sobrevivência e depois como um meio de transgredir a própria heterossexualidade, não há uma só forma de heterossexualização. Divido-a em três estágios: contínua, circunstancial e condicional. Trata-se, portanto, de uma condição dinâmica e fluida, em que se muda a modalidade de acordo com as condições materiais e históricas vividas.

No ensaio *Vivendo de amor*²², publicado originalmente em 1994, bell hooks aborda a relação entre o racismo e o amor. Ou melhor: o impacto do sistema de dominação racista para a formação da subjetividade e das relações de pessoas negras, que faz com que “muitas mulheres negras sintam que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor”. A autora, uma das principais vozes do feminismo negro estadunidense, fundamenta o seu argumento a partir da

²² HOOKS, bell. 2010. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>>. Acesso em: 01 nov 2020.

construção histórica do país, atribuindo à experiência escravocrata a origem da dificuldade coletiva de pessoas negras com o amor, pois pessoas escravizadas “sabiam, por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor”. Ainda segundo a autora, a própria compreensão sobre o amor, além dos atos de dar e receber afeto, são moldados por condições extremamente violentas. Os relatos de pessoas escravizadas também revelam que a sua sobrevivência frequentemente estava determinada pela capacidade de reprimir sentimentos e emoções, fazendo-os aguardar um momento seguro para expressá-los.

Para Audre Lorde, “quando um povo compartilha uma mesma opressão, certas habilidades e defesas conjuntas são desenvolvidas. E se você sobrevive é porque essas habilidades e defesas funcionam” (2019, p. 123). Neste caso, a habilidade de reprimir sentimentos e não ceder aos impulsos foi uma estratégia de sobrevivência desenvolvida coletivamente, em paralelo à busca por espaços seguros. O diálogo entre bell hooks e Audre Lorde sustenta que um grupo é moldado não só pelas experiências dolorosas compartilhadas, fruto da dominação e exploração impostas, mas também pela elaboração coletiva da resistência.

A pesquisa a respeito da heterossexualização de mulheres, aqui apresentada, revela elementos semelhantes ao estudo realizado por bell hooks. Isto ocorre porque, embora sejam temas distintos, ambas as pesquisas são centradas em sujeitos, analisando o impacto de sistemas de dominação nas relações interpessoais cotidianas e na formação da consciência para o grupo dominado. São resultados comuns às duas pesquisas: (1) a necessidade de adequar-se como estratégia de sobrevivência, imposta por um sistema de dominação; (2) o impacto deste sistema em moldar subjetividades, garantindo a sua eficácia; e (3) a construção de espaços seguros para se expressar e viver.

3.1. USOS DA HETEROSSEXUALIDADE: DE GARANTIA DA SOBREVIVÊNCIA A MEIO DE TRANSGRESSÃO

3.1.1. CEDER À HETEROSSEXUALIDADE

Então... Vou começar a minha história. Desde a época de colégio, eu nunca tive atração por homens, eu tinha por mulheres. Só que eu vim de uma geração muito homofóbica que, em cidade pequena, quando existe essa coisa de homossexualismo, as pessoas criticam, as pessoas jogam pedra, *as pessoas não deixam as pessoas viverem, e aí elas acabam se escondendo*. E aí começa a minha vida (risos). Mesmo assim eu tive o meu primeiro relacionamento com uma pessoa do sexo feminino. Eu tinha os meus 16 anos de idade, e foi o meu primeiro relacionamento, tanto heterossexual quanto lésbico. Era aquela coisa bem escondida, né? As lésbicas da cidade eram contadas nos dedos. Na verdade, a mulherada se escondia mesmo. As que se mostravam eram aquelas que se vestiam altamente masculinas, elas se mostravam. Não sendo isso, não tinha... Tipo eu, altamente feminina. *Eu sou altamente feminina mas, infelizmente, em questão pessoal, como eu posso dizer? Eu sou bem homem* (risos), pra tudo, em tudo na vida. Então, aí essa pessoa era do colégio. Daí que esse negócio de fazer trabalho de casa, essas coisas, a gente dava aquela fugidinha. Resumindo, a menina começou a jogar bola no mesmo time que eu e começou a ficar com muito ciúme das minhas outras amigas. E daí ela começou a me ameaçar falando que ia contar pra minha família, que ia dizer que eu gostava de mulher, que eu era a mulher dela. Aí eu fiquei apavorada, apavorada. Sabe o que é apavorada? Eu acabei o namoro com ela imediatamente. Tinha um rapaz que me paquerava no colégio, ó... E eu sempre levando em banho-maria. Do nada eu acabei com ela e não deu meia hora, eu liguei pra o orelhão na frente da casa dele, mandei chamar ele e falei: “ei, menino, nós namora a partir de hoje, visse? Fala pra todo mundo que tamos namorando”. Eu tinha muito medo da minha família descobrir, muito, muito medo. Muito, muito medo. Então, o que é que acontece? Esse namorado... Eu tive que namorar... E foi quando, infelizmente, eu tive que deixar de gostar de mulher, entre aspas, e manter um relacionamento com um homem. Pois é. Eu tinha 16 anos.

É com estas palavras que Rosely inicia a nossa conversa. Ao pedir para que ela me conte a sua história, é para a imposição da heterossexualidade que ela se volta, identificando-a como o momento em que a sua vida se inicia, ainda que tenha vivenciado anteriormente a homossexualidade. Suas primeiras palavras já indicam o que ela me conta no decorrer da nossa conversa: embora nunca tenha se sentido atraída por homens, a sua vida permanece, ainda hoje, marcada predominantemente por relacionamentos heterossexuais. Não é à toa, portanto, que Rosely parte da heterossexualidade para contar a sua história.

Nesta passagem, a interlocutora narra não só a ameaça da violência lesbofóbica, responsável por lhe fazer ceder à heterossexualidade, mas também o impacto produzido na construção de si e de suas relações. Há, como reflexo imediato, o deslocamento de um lugar inseguro, tenso e instável para um outro local, agora seguro e socialmente legitimado. Enquanto o refúgio na heterossexualidade ocorre de forma planejada para garantir a sua segurança, o homem escolhido, com quem Rosely ficaria casada por 7 anos, não passou de um acaso, pois ser homem já era o suficiente.

A assimilação dos valores do regime hétero, também presente no trecho destacado, ocorre em consequência da exposição à heterossexualidade a qual estamos todas submetidas, em maior ou menor grau. Ao mesmo tempo em que Rosely exalta a sua estética “altamente feminina”, ela também lamenta por ser “bem homem”. Em nossa segunda conversa, ao retornar à sua fala e perguntar o que significa, para ela, ser “bem homem”, Rosely relata a voz ativa e respeitada que possui na família, rendendo-lhe a fama de mandona. “Meu irmão usou essa expressão comigo essa semana: “a Rosely é muito machão”. Então, as pessoas às vezes não vêm pelo lado positivo, aí fala pelo negativo. Eu absorvo isso, por isso que eu falo assim”²³. O seu lamento parece estar relacionado ao fato de não alcançar o que espera-se da chamada “mulher de verdade”, bela, recatada e do lar²⁴, o que inclui não só a estética e a prática sexual hétero, mas também a performance da delicadeza e passividade. Para as mulheres, a exposição à imposição da heterossexualidade impacta a construção de suas identidades, de suas atuações no mundo e também a forma como se relacionam com ele.

Um exemplo da assimilação da heterossexualidade em mulheres não-heterossexuais e também em seus relacionamentos íntimos é a reprodução de um binarismo heterossexual. Quando assumido, este binarismo pode ser vivenciado tanto em termos estéticos como pela associação entre uma mulher considerada protetora com outra considerada a ser protegida. Rosely me conta que se interessa apenas por mulheres com estética feminilizada como a dela. Porém, enquanto ela é “bem homem”, apenas se interessa por mulheres sensíveis e frágeis:

Na relação sempre existe uma pessoa na qual tem mais atitude. Eu sou uma pessoa de atitude. Pra mim, a mulher quanto mais sensível me chama mais atenção. Eu

²³ Rosely, entrevista realizada por mim em 04/01/20.

²⁴ No período em que corria o golpe que destituiu Dilma Rousseff, primeira presidenta eleita no Brasil, a revista *Veja* utilizou as palavras “bela, recatada e do lar” para descrever Marcela Temer, esposa do então vice-presidente Michel Temer e “quase primeira-dama”, nas palavras da publicação.

gosto muito de mulher sensível, mulher, ah, nem sei explicar direito... Aquela mulher que precisa muito de proteção... Todas as pessoas que eu me relacionei, digamos que eu sempre fui não só protetora. Protetora, acolhedora, dar uma assistência àquela pessoa, buscar o melhor pra ela num todo, sabe? E existem mulheres que sentem fragilidade e gostam de ter uma pessoa de fato pra um todo na vida.

Aqui, é interessante observar o alcance da heterossexualidade. É ela quem produz categorias de sexo binárias, complementares e hierárquicas. Porém, não é apenas em relações entre uma mulher e um homem que tal binarismo é assumido, mas também em relações homossexuais. O fato reforça a posição já defendida: a heterossexualidade ultrapassa a dimensão individual e sexual. Mais do que isso, o regime hétero estrutura as relações sociais de sexo, produzindo não só a prática heterossexual compulsória, resultado da sexagem (Falquet, 2014), mas também valores, moral, estética e performances heterossexuais também obrigatórias. Este padrão hétero, onde está inclusa a binariedade, alcança também as relações homossexuais.

Andrea Alves (2010), em artigo intitulado *Envelhecimento, trajetória e homossexualidade feminina*, levanta a percepção de "lésbicas mais velhas" (2010, p. 214) sobre o significado da homossexualidade feminina e de suas trajetórias de vida. A geração como ferramenta de análise possibilita apreender o percurso histórico da homossexualidade e, no artigo, as transformações produzidas nas próprias interlocutoras no decorrer dos anos, como na compreensão de suas identidades e também na reprodução cotidiana de valores heterossexuais. Para Joana, citada no artigo de Alves, nascida em 1966, o acesso à informação foi determinante para desconstruir um imaginário heterossexual. Ela relata: “diferente de hoje, das meninas e dos meninos homossexuais que começam a experimentar, você tem mais informação e eu não tinha. Então, na verdade, você traz pra tua relação muito de uma ideia de sexualidade heterossexual, do papel de cada um” (ALVES, 2010, p. 226). Para a autora,

as gerações têm uma destacada influência sobre a percepção do fluxo das identificações e práticas sexuais. No caso das mulheres mais velhas parece haver um processo marcado fortemente pelo dualismo e por uma visão de “naturalidade” das relações sexuais. O dualismo se expressa no discurso de que as mulheres tinham que fazer uma opção, como se houvesse uma pressão social para assumir um lugar e um papel no universo da homossexualidade feminina: ser o sapatão ou a namorada do sapatão (ALVES, 2010, p. 227).

Importa compreender que, assim como a própria heterossexualidade é dinâmica e sua vivência é transformada temporal e espacialmente, o mesmo ocorre com a homossexualidade. A reprodução de seus valores, regras e estética, portanto, também são dinâmicas. No estudo realizado por Alves (2010), as interlocutoras da pesquisa compreendem a performance do binarismo heterossexual como fortemente atrelado às vivências geracionais. Se antes deveriam escolher entre ser "o sapatão ou a namorada do sapatão" (ALVES, 2010, p. 227), a mesma rigidez não é percebida por elas atualmente. Roberta, outra interlocutora da mesma pesquisa, nascida em 1947, também relata as transformações percebidas na forma de vivenciar a homossexualidade feminina, observada nela própria e em outras lésbicas.

Na época que eu comecei a assumir que era entendida, que comecei a frequentar boates e tudo, era uma distinção muito grande entre sapatão e as namoradas dos sapatões. Então, hoje você já não vê... Hoje você cruza com pessoas entendidas e você não identifica fisicamente. A postura, a maneira de vestir era totalmente diferente. Naquela época não. Você tinha que usar roupa pesada. (...) As pessoas tinham duas classes que tinham que ser distintas. Então até eu saber em que lado eu estava, eu tinha que assumir um lado. Então, eu fiquei do lado dos sapatões. Não era nem forçado, eu fazia por... me vestia por gostar. Lógico que quando comecei a trabalhar tive que usar salto, não podia só usar calça comprida, era saia, meia fina, maquiagem. Mas também eu encarava numa boa, não era nenhum sacrifício maior. Mas quando podia tirar aquela fantasia toda, era ótimo. Com o passar do tempo, foi evoluindo, as coisas foram mudando. (...) Começou a mudar também o meu comportamento na cama. (...) Eu sempre assumi a postura de dar prazer. Hoje já não é mais assim, foi uma mudança de postura, de tudo (ALVES, 2010, p. 223-224).

Para mulheres não-heterossexuais, *produzir sinais de heterossexualidade*, ainda que de forma involuntária, pode significar um esforço para que se tornem menos vulneráveis à violência lesbofóbica. Um esforço para se tornarem mais palatáveis e serem toleradas pela sociedade heterossexual, engrossando discursos liberais como "inclusão" e "diversidade". Desta forma, os arranjos entre mulheres adequam-se às regras heterossexuais e são levados a se tornarem menos críticos e radicais. Discursos como os de inclusão e diversidade assumidos pela heterossexualidade servem à garantia de sua reprodução. Assim como a imposição hétero não é estática, a margem tolerada pelo regime heterossexual também é flexível. Alarga-se ou se estreita de acordo com as condições materiais e históricas, produzidas pelo movimento dialético entre a heterossexualidade e a luta travada contra ela. A violência com que se está, hoje, suprimindo toda a agenda de gênero, é uma resposta do regime hétero ao avanço da luta contrária a ele e também uma evidência de que estamos em disputa.

Voltando ao relato de Rosely, também vemos como ela foi obrigada a recorrer à heterossexualidade e permanecer nela como uma garantia de proteção:

Ela ainda tentou, na época. Pediu desculpa, falou pra gente reatar, que sabia que eu gostava dela e não dele, que eu tava fazendo isso porque eu era medrosa. E realmente eu era medrosa. Eu sabia que eu ia destruir a minha família, aquela família extremamente conservadora. E pior que eu gostava dela, eu chorava... Era o meu primeiro amor. Às vezes, quando eu tava com o meu "namorado" [tom de voz de deboche], ele falava "Nem, por que tu tá chorando?". Era Nem de neném que ele me chamava, não sei porquê. Eu dizia: "to lembrando de umas coisas". Aí ele: "quer compartilhar comigo?". Aí eu: "não!!!" Nossa... Pra mim dar o primeiro beijo na boca dele eu acho que demorou 2 meses. Era só status. Mas ele super paciente, sabe? Eu falava que gostava dele mas que não tava preparada. Eu também tinha que falar, né? Explicar alguma coisa... Tudo mentira! [fala de forma enfática]. Eu falava que era tímida, que era pra ele ter paciência... Nisso a minha mãe começou a prestar atenção, falava que eu era muito rude com ele, que nem parecia que eu era namorada dele, começou a fazer cobranças a mim, entendeu? Minha mãe começou a me pressionar. Então, ou eu me entregava realmente ao relacionamento ou já já o negócio pegava. Então eu me entreguei pra ele, que eu era moça virgem, e passei com ele quase 7 anos da minha vida. Aí, era muito ruim. Pra você ter noção, eu namorei 6 meses com a pessoa. A gente não tinha aquele contato, relação sexual, aquela coisa toda, mas até no sarrado gostoso eu chegava a gozar. E com um homem, um homem me penetrando, eu nada. E foi uma boa parte da minha vida assim. E daí eu tive os meus dois primeiros filhos com essa pessoa.

A primeira condição para um posicionamento crítico e radical frente à heterossexualidade é a garantia de sobreviver fora dela. Em um país que registra um dos piores índices do planeta de violência contra pessoas LGBTs (Oliveira; Mott, 2020), a busca por segurança direcionou Rosely para a heterossexualidade. Aos 16 anos ela não possuía as condições mínimas de autonomia para desvincular-se de sua família, definida por ela como extremamente conservadora, e precisou se submeter aos seus valores e exigências. Em seu relato, é interessante perceber o constante controle exercido pela heterossexualidade. Não foi suficiente assumir publicamente um relacionamento com um homem. A mãe de Rosely também vigiava o seu comportamento, garantindo que a relação estaria sendo devidamente exercida. Não é possível, portanto, considerar que a sua saída da homossexualidade para a heterossexualidade se trata de uma escolha consentida. Se a recusa da heterossexualidade põe em risco a integridade física e segurança material, limitando inclusive as opções de emprego, não é possível falar em consentimento. Estando em uma posição de grande limitação de poder e constante ameaça da violência lesbofóbica, além da desvantagem econômica, ceder à heterossexualidade é uma forma de heterossexualização para a garantia de sobrevivência.

É apenas quando passa a ter boa condição financeira, após o fim do primeiro casamento e do nascimento de seus dois primeiros filhos, que Rosely expõe para a família que se relaciona com uma mulher. Em seu relato, vemos como a sua autonomia econômica, bem como a dependência financeira de sua família a ela, foram fatores determinantes para que passasse a negociar com a heterossexualidade:

Gay e lésbica na família é pra sofrer mesmo, porque a família rejeita na hora. Rejeita mesmo. To te falando porque rejeita. Parece que não fazem mais parte da família, não são chamados pra nada. Isso é apavorante, mas é a realidade, é o que acontece. Então depois de dois anos [de relacionamento] eu me senti preparada. Não foi pessoalmente, viu? Liguei pra minha mãe e disse que eu queria lhe contar um negócio, mas deixando claro que não tava pedindo permissão, só tava informando. Eu não sei te explicar não, mas era um medo. O telefone tremia. Era um calafrio, um frio, assim, na barriga. Mas, por outro lado, eu sabia que mesmo eu falando, tinha a questão de eu ser o exemplo da família. Eu dei suporte a toda a minha família: financeiramente, emocionalmente... à minha mãe principalmente. *Isso me deixava mais tranquila, porque eu sabia que se eles me rejeitassem, quem ia perder não era eu, era eles, porque eu dava estabilidade a eles.* Então isso foi a única coisa que me deixou mais tranquila. Isso eu acho que foi o que me deu mais coragem. Eu sabia que, se eles me excluíssem, quem daria estabilidade a eles? Quem vai dar pra eles o que eu dava? Nessa época de Natal eu to aqui, mas mandei três caixas de presentes pra todo mundo. E até hoje, mesmo daqui, eu faço a minha parte lá. Eu tenho imóveis alugados e boa parte não vai pra minha conta não, vai direto pra conta deles. Então isso me deixou um pouco tranquila. Voltando à história, eu tava no telefone tremendo, com frio na barriga, e falei que não gostava de homem. Eu falei assim “eu não gosto mais de homem”, foi assim que eu disse. “Eu não sei se foi o trauma que o meu ex me fez...”. *Eu não achava isso não, era só pra ela tentar entender.* Pra você ver o pavor que eu tinha, porque eu fui criada numa dura religião, aquela coisa apostólica, sei lá o que. Voltando, falei pra ela: “eu to com ela tem dois anos, ela é minha mulher...”. Eu sei que ela chorou no telefone, fez aquela coisa toda, e eu falei “olhe, e se prepare que no final de semana eu to aí com a mulher”. E eu fui. Reuni a família todinha no meio da sala e falei pra todo mundo, pros meus irmãos e pra minha mãe. E aí todo mundo se calou. Ninguém disse que tava bom, ninguém disse que tava ruim, ninguém olhou pra gente torto, e aí continuamos.

Há uma centralidade da dimensão econômica na mediação entre a homossexualidade de Rosely e a tolerância de sua família. Ela admite sentir-se segura por saber que "se eles me excluíssem, quem daria estabilidade a eles? Quem vai dar pra eles o que eu dava?²⁵". Além do apoio financeiro, assumindo uma posição de provedora que na divisão sexual do trabalho é mais frequentemente ocupada pelos homens, também destaca o suporte emocional oferecido a toda a família. Parece haver uma política compensatória que lhe faz ser perdoada pela

²⁵ Rosely, entrevista realizada por mim em 29/12/19.

homossexualidade e mantida na família, diferente de outros familiares homossexuais, que ela conta serem rejeitados e excluídos.

Rosely também elabora falsas justificativas para que compreendam a sua saída da heterossexualidade, atribuindo-a a um trauma com o ex-marido — "eu não achava isso não, era só pra ela tentar entender"²⁶. No cenário elaborado por ela, a sua homossexualidade deixa de ser determinada por seu próprio desejo para se tornar um refúgio dos traumas produzidos na relação heterossexual. Portanto, é a própria heterossexualidade que permanece guiando o curso de sua vida. A necessidade de utilizar termos heterossexuais para tornar a sua fala inteligível revela, como já abordado por Monique Wittig em 1978, ao analisar a opressão material de indivíduos pelo discurso, que os “discursos da heterossexualidade nos oprimem na medida em que nos negam toda a possibilidade de falar se não for em seus próprios termos, (...) nos negam toda a possibilidade de criar nossas próprias categorias” (2006, p. 49, tradução nossa). Ainda segundo Wittig, o pensamento *straight* — definido por ela como o aglomerado de crenças, ideias preconcebidas e teorias que sustentam a heterossexualidade como um advento natural, universal e fundante da sociedade, produzindo “mulheres” e “homens” como categorias naturais, hierárquicas e complementares:

é incapaz de conceber uma cultura, uma sociedade, na qual a heterossexualidade não ordene não apenas todas as relações humanas, mas sua produção de conceitos ao mesmo tempo que todos os processos que escapam à consciência. Estes processos inconscientes tornam-se, por outro lado, historicamente cada vez mais imperativos naquilo que nos ensinam sobre nós mesmos por meio de especialistas. E a retórica que os exprime, forjando mitos, recorrendo a enigmas, procedendo por acumulações de metáforas, cujo poder de sedução não subestimo, tem a função de poetizar o caráter obrigatório do “tu-serás-heterossexual-ou-não-serás”. (...) Assim, quando o pensamento *straight* pensa a homossexualidade, esta não é nada além da heterossexualidade” (WITTIG, 2006, p. 52, tradução nossa).

Na tentativa de fazer ser compreendida pela família, Rosely acaba por utilizar de um senso comum amplamente difundido. Para citar exemplos, em *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir atribui à decepção com os homens um dos motivos para a busca de mulheres por relações homoafetivas: “a ausência ou o fracasso de relações heterossexuais as entregará à inversão. (...) Decepcionada pelo homem, procurará em braços femininos o amante que a

²⁶ Rosely, entrevista realizada por mim em 29/12/19.

traiu” (2016, p. 176-177). Também na série *Ela quer tudo*²⁷, de Spike Lee, lançada em 2017, a busca por relações homossexuais é vinculada a experiências negativas com homens. Após vivenciar uma sequência de violências machistas, a protagonista Nola decide tirar férias dos homens, acrescentando que não irá tirar férias de sexo. É neste momento que ela procura Opal e as duas mantêm uma breve relação, até que a protagonista retoma as relações heterossexuais interrompidas. Ao contrário dos relacionamentos de Nola com homens, a série não desenvolve a relação das duas e limita a sua vivência ao espaço privado. Também não é desenvolvida a própria bissexualidade de Nola, representada como uma vivência pontual em contrapartida à decepção com homens. Opal ainda é invisibilizada no cartaz oficial de divulgação da série, que ilustra apenas Nola e os três homens com quem se relaciona. Os discursos de Spike Lee, Simone de Beauvoir e Rosely, produzidos dentro dos marcos do pensamento *straight*, demonstram como não é possível, para o regime hétero, compreender a lesbianidade mobilizada pelo próprio desejo das mulheres. Ao contrário, os homens aparecem como o seu ponto de partida e motivação. O mesmo argumento não é utilizado para justificar a homossexualidade masculina, demonstrando o grau de autonomia e liberdade em que ambos os sexos encontram-se para a vivência da homossexualidade.

Diferente de Rosely, que cede à heterossexualidade ciente de sua atração por mulheres, quando Cristina, ainda criança, foge da cidade para casar com o namorado, aos 12 anos de idade, a heterossexualidade lhe parecia o único caminho possível. Após o término do casamento, aos 37 anos, um ano antes da gravação de nossa entrevista, ela se relaciona com outra mulher e passa a reconhecer a homossexualidade — “há muito tempo eu sentia desejo, mas eu não sabia que era um desejo. Eu ficava sem saber o que realmente era”²⁸, ela me conta. Se, para Rosely, foi necessário interromper o seu relacionamento com outra mulher, para Cristina a lesbianidade estava interdita já em seu pensamento. A imposição de um regime econômico, ideológico e politicamente heterossexual requer a interdição não só da saída de mulheres da apropriação individual de um homem, mas, antes disso, é interdito imaginar tal ruptura. É interdita a crítica ao regime heterossexual em ações e também em pensamento. Na história de Cristina, a violência é novamente mobilizada para impor a heterossexualidade:

²⁷ A série *Ela quer tudo*, de Spike Lee, é inspirada no filme de mesmo nome e de mesmo diretor, lançado em 1986. Para mais críticas a respeito desta produção, ver “*De quem é essa buceta*”: um comentário feminista, de bell hooks (2019).

²⁸ Cristina, entrevista realizada por mim em 03/01/20.

E ele me chantageava muito, porque queria porque queria que eu fosse mulher dele. Se eu não fosse mulher dele, ele ficava uns dias sem ir na minha casa... E aí eu falei: "não, não quero, não sinto, não sinto orgasmo". Eu sei que com muito esforço ele conseguiu mexer comigo, né. Transar comigo. Aí eu falei pra minha mãe que eu era mulher, mas que eu tava tomando o anticoncepcional. Como ele era mais velho que eu, eu tomava o anticoncepcional, ele me ensinou a tomar direitinho. Aí minha mãe foi e me incentivou a fugir de casa, por conta do meu pai. Aí eu fugi com ele pra essa cidade, porque tinha uma irmã dele que morava lá. Isso eu tinha 12 anos. Aí eu passei um ano livre, morando lá, e com 14 anos a minha menstruação atrasou. Aí a minha mãe ainda me deu um monte de remédio pra vir, pra tentar vir. Aí ele disse: "olhe, se você tiver grávida e você tirar um filho meu, eu não olho nem pra sua casa". Aí eu fiquei com medo. Eu sei que com 14 anos o menino nasceu e a minha vida parou. Ele dizia que deixava eu estudar, não sei o que. Tudo mentira, ele não deixava eu fazer nada. Ele já me bateu porque o professor... Na época eu era muito bonita e o professor chegava perto de mim pra explicar as coisas que eu não tava entendendo. Eu sei que eu consegui fazer até o primeiro, primeiro ano.

Neste trecho, Cristina descreve como foi direcionada para a heterossexualidade. A violência inarrável de ser estuprada aos 12 anos define, para ela, a circunstância que lhe consagra "mulher". Ao mesmo tempo tirada da infância e empurrada para a heterossexualidade, Cristina não só é submetida à violência sexual como também é culpabilizada por ela, incentivada pela mãe a sair de sua cidade para se livrar de mais uma violência, desta vez a ser exercida por seu pai, e fugir com o seu algoz e então namorado, 10 anos mais velho.

Vemos, aqui, a codependência entre imposição da heterossexualidade e interdição lésbica. Diferente de Rosely, que necessita interromper a relação com outra mulher para ceder à heterossexualidade, Cristina, uma criança de 12 anos, certamente não poderia, nestas condições, sequer considerar outra vida que não a heterossexual. Se compreendemos que a heterossexualidade não é natural e sim uma instituição violenta, em situações como esta, em que não aparenta haver oposição ou crítica à heterossexualidade, percebemos que a interdição da lesbianidade não foi superada, mas sim instituída violentamente. A imposição hétero pressupõe necessariamente a interdição lésbica, e seria um equívoco considerá-la apenas quando aparente.

Devemos questionar, como propõe Mathieu, "em qual situação de liberdade (mesmo que relativa) ela se encontra, não apenas para falar, mas para pensar sua experiência" (2021, p. 188, no prelo). O fato de Cristina experienciar um casamento heterossexual desde os 12 anos e a maternidade a partir dos 14 é um dado relevante. Quanto antes imposta a

heterossexualidade, mais restrita está a possibilidade de sua desnaturalização, assim como a limitação ao acesso de referências transgressoras. Expor uma criança à violência heterossexual é a forma mais eficaz para lhe fazer ceder a ela, pois desta forma molda-se a limitação de conhecimento sobre o funcionamento da sociedade e de sua própria opressão. O encargo físico e mental que o trabalho heterossexual lhe impõe, incluindo a limitação de mobilidade e as frequentes agressões físicas vivenciadas no casamento, também restringem a possibilidade de refletir sobre a sua experiência (Mathieu, 2021, no prelo).

A nível subjetivo e ideológico, o impacto da naturalização da heterossexualidade produz a concreta dificuldade de sair dela. Apesar das diversas violências que sofreu do ex-marido, Cristina ainda o considera “uma pessoa maravilhosa. Um homem que pode fazer qualquer mulher feliz²⁹”. Enquanto isso, diz achar feio a relação entre duas mulheres, mesmo desejando-a: “é feio, né? Até eu acho feio”. Naturalizar a heterossexualidade pressupõe a naturalização de sua violência, que atua como uma ferramenta de controle das mulheres e serve à garantia de seu acesso aos homens. Para Nicole-Claude Mathieu, a ideologia naturalizadora da heterossexualidade, que fundamenta a categoria de sexo “mulher”, produz, para elas, devido aos próprios mecanismos de dominação, uma consciência que tende a ser contraditória e fragmentada — Cristina conta não se atrair por homens, e sim por mulheres, *ao mesmo tempo* em que acha a lesbianidade “feia”.

Em seu trabalho sobre a consciência dominada, Mathieu conclui que não é possível falar em consentimento das mulheres à própria dominação, pois só há consentimento a partir da tomada de consciência individual e coletiva, o que demanda o seu conhecimento e decisão. Estando envolvidas em (1) valores patriarcais contraditórios; (2) limitação ao conhecimento, inclusive ao conhecimento da própria condição de mulher; (3) restrições físicas; e (4) trabalho contínuo, cedemos — e não consentimos — à condição que nos é violentamente imposta. Para a heterossexualidade, significa dizer que ela nos aprisiona de tal maneira que não podemos pensar fora dela, “porque inclusive se elas, se nós, não consentimos, não podemos pensar fora das categorias mentais da heterossexualidade. Esta já existe dentro de todas as categorias mentais” (WITTIG, 2006, p. 69-70, tradução nossa). Não

²⁹ Cristina, entrevista realizada por mim em 03/01/20.

é possível, portanto, falar em consentimento das mulheres à heterossexualidade, pois além das condições citadas por Mathieu, ainda há a constante ameaça da violência lesbofóbica.

Um fato comum a ambas as interlocutoras, Rosely e Cristina, é a presença ativa de suas mães direcionando-as para a heterossexualidade. Nicole-Claude Mathieu, ainda em sua análise sobre os determinantes materiais da consciência dominada, observa que, para as mulheres mais velhas, “reproduzir” a dominação masculina em mulheres mais jovens ocorre pois:

1) não o fazendo, elas sofrerão ostracismo e até mesmo repressão física em algumas sociedades; 2) considerando que sua própria submissão na juventude foi seu meio de sobreviver, no sentido de escapar da morte em caso de revolta e, mais frequentemente, no sentido de viver, apesar de tudo (“é preciso viver”), ou seja, de se adaptar às condições sociais dadas para ter, apesar de tudo, uma vida de ser humano e para estarem um pouco mais tranquilas – as mulheres velhas não podem imaginar outro método senão o de ensinar às jovens o que elas creem ser o “seu” método de adaptação pessoal e que lhes é apresentado como constituinte de seu valor ou de sua coragem *de mulher*. “Minha mãe, porque ela era muito infeliz com meu pai, ela me dizia: Yolande, ouça, faça como eu, seja flexível” (MATHIEU, 2021, p. 188-189, no prelo).

O direcionamento que suas mães lhes dão para a heterossexualidade, utilizando-se da vigilância ou punição, ocorre por ser o regime hétero o meio que oferece melhores condições de sobrevivência para as mulheres. A mãe de Cassandra também lhe instrui a assumir uma estética “discreta” em seu exercício profissional enquanto psicóloga clínica: “minha filha, você tenha muito cuidado, porque a sua profissão exige que você seja o mais discreta possível. Tente ao máximo não demonstrar que você é uma pessoa bissexual, se vista de uma forma diferente³⁰”. Note que a aparente neutralidade aconselhada a Cassandra não é outra coisa que não a heterossexualidade. Seja como psicóloga, seja como esposa, a heterossexualidade é um trabalho a que as mulheres são ensinadas.

As três situações são produzidas pela mesma raiz. Em uma sociedade heterossexual, assumir relações heterossexualizadas, seja se associando individualmente a um homem ou apresentando uma postura hétero, garante a legitimidade social. Ainda que a heterossexualidade não livre a mulher da violência sexista, é esta, diferente da lesbofobia, a violência legitimada e naturalizada, que conta ainda com aparatos legais preventivos e

³⁰ Cassandra, entrevista realizada por mim em 17/12/19.

protetivos. É como estratégia de sobrevivência que a heterossexualidade é ensinada, pois além de livrar da violência lesbofóbica, há, também, recompensas, como aparatos legais para a garantia de recursos econômicos, como herança, e de mobilidade. Trata-se de um trabalho penoso, mas compensatório.

Além do direcionamento para a heterossexualidade, as interlocutoras também revelam a dificuldade de sair dela. No trecho abaixo, Cristina elenca uma série de razões que fazem com que ela permaneça no atual relacionamento heterossexual.

Eu me relaciono com pessoas no celular sobre (pausa), é (pausa), eu descobri, né, na minha intimidade, que eu tenho falado pra você, que há muito tempo eu sentia desejo, mas eu não sabia que era um desejo. Eu ficava sem saber o que realmente era. (...) Mas eu não deixo ele porque tem o meu ex-marido, que me incomoda, e... Não sei. Eu não sei. Eu tenho medo de perder ele. Eu tenho síndrome do pânico, eu já tive uma depressão muito grande... E pra mim me livrar dele eu não sei como... Não sei. Tá sendo difícil, meu coração pede, mas eu não tenho coragem de falar isso pra ele, porque ele já passou também por uma fase muito difícil. Eu sei que eu to cansada de viver um faz de conta. De não viver, vegetar. Porque isso não é viver, é vegetar. Porque sair de uma prisão [o emprego] e entrar em outra, que é a casa dele, de onde eu não posso sair... Se é pra tomar sol, tenho que tomar no quintal, sozinha. Isso tá me sufocando, sabe? Eu não sei por onde terminar essa história. Na verdade, eu fico com medo até da reação dele. Porque ele é uma pessoa meio... Ele é muito sozinho. Eu tenho medo dele cair nas drogas, ter uma decepção. Eu peço a Deus assim, que se for da vontade do Senhor, que o Senhor arrume uma situação pra eu sair, que o Senhor venha me mostrar. Mas também, se não for, que Jesus nos una para sempre, porque eu estou sem chão, sem saber. Mas, seguir em frente pra ver no que vai dar e esperar em Deus uma oportunidade.

Aqui, a violência é novamente mobilizada. Ao mesmo tempo em que a necessidade de proteção frente às ameaças do ex-marido é motivo para a permanência da relação, a possível reação violenta do atual namorado, em caso de término, também é. Ao lado da violência material há também a demonstração de uma condescendência por parte de Cristina, fazendo com que ela se preocupe com o impacto do término para ele. Longe de ser natural, esta benevolência faz parte da construção da feminilidade, condicionada a considerar o bem estar dos outros em detrimento de si. Em outro momento da entrevista, Cristina indica a presença de represálias caso atue de outra maneira: "pra não dizer assim: "não, na hora que ela mais precisou, meu filho colocou ela na casa dele", que foi na época que aconteceu aquilo com meu ex-marido, "e agora que o meu filho tá precisando, ela vai embora""³¹.

³¹ Cristina, entrevista realizada por mim em 03/01/20.

Todas as três interlocutoras indicam, em seus relatos, a necessidade de deslocamento como uma condição para a vivência da homossexualidade. Cassandra vincula a mudança de cidade ao reconhecimento e vivência da bissexualidade: “eu pude finalmente fazer tudo o que eu queria. Podia ser outra pessoa. (...) Numa cidade onde ninguém me conhecia eu podia fazer tudo isso sem ninguém me conhecer, aí foi quando a minha sexualidade também começou a fluir”³². Para Cristina, que tem a mobilidade restringida pelas circunstâncias de trabalho e relacionamento — ela conta sentir-se entre duas prisões: o trabalho, onde dorme de segunda a sexta, e a casa do namorado, onde está aos sábados e domingos —, a internet representa o único local em que ela consegue, hoje, manter contato com outras mulheres não-heterossexuais e experienciar aspectos da homossexualidade. Já para Rosely, a cidade onde nasceu representa o local de maior dificuldade para se expor, tornando a fuga uma necessidade:

Até hoje, se eu arranjar uma pessoa pra viver comigo (porque eu quero uma pessoa, não vou mentir), eu nunca vou andar de mãos dadas com ela na cidade que eu nasci. Eu nunca vou fazer isso. Se eu arranjar uma mulher, eu vou pra uma outra cidade pra andar de mãos dadas e beijar ela onde eu quiser. Mas na minha cidade eu jamais vou fazer isso. Eu posso ter toda a independência do mundo, como eu tenho hoje. Sei que a minha família sabe de mim, mas por respeito à minha família, não é que eu vá deixar de viver, mas eu vou continuar respeitando o lugar deles, onde eu nasci, o espaço que eu sei que, pra eles, é meio sagrado. Eu vou continuar, não vou mentir pra você. E qualquer pessoa que estiver ao meu lado vai ter que respeitar isso. A minha vida de verdade, que eu vivo, é João Pessoa e aqui na Alemanha. Eu sou eu. Eu acho que a escolha de eu me mudar pra João Pessoa foi bem isso, porque aí eu ia poder viver, eu ia poder ser eu, eu ia poder fazer um ciclo de amizade no meu mundo verdadeiro, não naquele que eu fantasiei pra não ter que decepcionar pessoas que eu amava.

Rosely também relata o vínculo criado com outras mulheres que, assim como ela, fugiram dos interiores para a capital devido à violência da heterossexualidade:

Eu acho que você deve saber que tem muita gente do interior morando em João Pessoa. Então, essas pessoas fogem dos interiores e vão aí pra cidade trabalhar, que é pra elas poderem viver esse lado delas. Eu conheci muita gente desse tipo na Praia da Penha. Acho que você conhece a Praia da Penha. Lá tinha um barzinho, na beira da praia, que poucas pessoas, só pessoas que eram [não-heterossexuais] mesmo que sabiam, que tinham os dias específicos da gente se encontrar. E lá sempre chegavam novatas, que contavam histórias que tinham saído de suas cidades porque o pai, a mãe, não faziam aceitação. (...) Assim, às vezes eu não precisava nem contar a minha história. Às vezes elas contavam a história delas e eu falava que tinha passado por experiência mais ou menos parecida. Então aí tentava dar um apoio pra elas tirando a minha vivência. E consegui ajudar algumas delas, sim. E toda vez quando

³² Cassandra, entrevista realizada por mim em 17/12/19.

eu conhecia alguém do interior, sempre pegava o vínculo de amizade, às vezes elas convidavam pra ir no interior: "é aniversário da minha cidade, vai ter banda, não sei o que, vamo?". "Vamo que eu vou causar", e realmente eu causava, né, na cidade, não tava nem aí. *Porque lá eu não precisava fazer o que eu fazia na minha cidade, lá eu podia ser eu.* Então, se eu visse uma mulher bonita, que passava, dizia "eita, carai, mulher bonita do carai". Tá entendendo? Dançava, pulava, brincava, que eu sou brincalhona, não tenho problema com isso. E, muitas delas, as mães delas me adoravam. E depois, quando eu voltava, a mãe delas ia conversar comigo. Aí eu ia explicar, falar um pouco. Nisso, eu acho que cheguei a ajudar algumas pessoas referente a isso, até a aceitação dos pais. Mas você sabia que tem muitas pessoas ainda do interior que tão precisando de ajuda aí, né? Eu vi uma reportagem semana passada, aí da Paraíba, referente a mortes. Muitas mortes no interior por conta do preconceito, da homofobia. E o pior é que, de todo lugar do Brasil, a Paraíba é o pior que tem.

Nas histórias de vida das interlocutoras, Cristina, Rosely e Cassandra, há três pontos importantes em comum: (1) o direcionamento impositivo para a heterossexualidade, (2) a dificuldade em romper com ela e (3) a elaboração de condições para a sua fuga. Partindo da análise destes três elementos, neste tópico busquei argumentar que, para as mulheres, não há como considerar a heterossexualidade uma escolha consentida. Ao contrário, estando sob coerções física, mental, econômica e moral, elas cedem à heterossexualidade como um valor de sobrevivência. As palavras ceder e consentir, bem como a oposição entre elas, emprestadas do trabalho de Nicole-Claude Mathieu (2021, no prelo), não são empregadas por acaso. Cedemos àquilo que se impõe com uma força maior do que podemos resistir, o que sublinha a presença de disputa política entre grupos antagônicos.

As pesquisas de Paola Tabet (2018) e Nicole-Claude Mathieu (2021, no prelo), ao analisarem o contínuo da troca econômico-sexual e os determinantes materiais da consciência das mulheres, respectivamente, contribuem para refletir as condições materiais estruturais que condicionam as mulheres à heterossexualidade. Tabet identifica que a troca econômico-sexual entre homens (econômico) e mulheres (sexual) ocorre em contexto em que estas possuem menor acesso aos recursos, menor acesso ao conhecimento e estão sob constante ameaça da violência. Já Mathieu identifica que as mulheres estão expostas a valores patriarcais contraditórios, limitação ao conhecimento, restrições físicas e trabalho contínuo, dificultando a elaboração de uma consciência crítica a respeito da própria condição. Somando estes elemento à exposição constante da violência lesbofóbica, por meio de discursos, símbolos e ameaça à integridade física, além de represálias políticas e econômicas, compreendemos que

não só as mulheres estão impelidas à heterossexualidade como também é dificultada pensar fora dela e romper com a sua naturalização.

3.1.2. USAR A HETEROSSEXUALIDADE PARA SAIR DELA

"Virados de lado, muros são pontes"
Angela Davis, 2019

Ao longo deste texto, venho argumentando que a heterossexualidade é uma condição de sobrevivência para as mulheres. Também sustento que para recusá-la, assumindo um posicionamento crítico e radical frente à heterossexualidade, é necessário antes a garantia de demandas imediatas de sobrevivência, como a integridade física. Imersas em relações sociais heterossexualizadas, como as mulheres constroem a sua recusa? Como, sob quais condições e com quais ferramentas as mulheres conseguem romper com a própria heterossexualização a que estão submetidas? Estes questionamentos nortearam a realização da pesquisa de campo, e sua investigação possibilitou ampliar o sentido de rebeldia e resistência das mulheres à heterossexualidade.

Na pesquisa, as interlocutoras evidenciaram que a heterossexualização imposta não representa, para elas, uma posição de passividade ou ausência de resistência. Ao contrário, a relação entre as mulheres e o regime hétero é uma relação dinâmica e ativa em que há disputa, conflito e negociação. Pela posição hierarquicamente desigual que ocupam, as suas estratégias de saída da heterossexualidade se dão, muitas vezes, desde dentro da própria heterossexualidade, utilizando de seus valores, de sua moral e de seus princípios. Na disputa com a heterossexualidade, utilizamos as armas que possuímos. Para Cassandra, a saída da heterossexualidade foi uma construção solitária que necessitou, previamente, da ruptura com a igreja onde cresceu:

Você vai abrindo os espaços aos poucos, assim, sabe? É como jogar uma pessoa na mata sem bússola, só com um facão, e mandar abrir uma trilha. Pronto, é tipo isso. Você joga ela lá e manda abrir uma trilha. Porque, como é que você vai romper isso dentro de uma família 100% evangélica? Como é que você vai fazer isso? Você não sabe, você vai forçando, sabe? Vai às cegas, tentando encontrar alguma direção. Eu fui me impondo. Quando eu matei Deus e pude dizer a minha sexualidade, na verdade eu matei uma coisa que não me permitia ter auto-estima, ter posse de mim. Então, quando eu afastei esse Deus, eu comecei a me impor. Vovó dizia assim “ah,

por que você cortou o cabelo?”, e eu dizia “porque eu quis”. E era muito difícil, porque minha avó chegava com óleo ungido e saía unguindo as paredes. Até chegar aqui, na minha casa, ela chorava de urrar, começava a passar óleo ungido, orando e chorando. Até que ela parou de trazer o óleo ungido, e aí só chorava. Até que parou de chorar, e aí só falava. Até que parou de falar mais... O tanto que eu me impunha ela ia recuando.

Cassandra expõe uma frustração comum às outras interlocutoras: como romper com a heterossexualidade? Como poderá driblar a ameaça constante de sua violência para, sem referências — “sem bússola” —, conseguir abrir uma trilha para sair da heterossexualidade? Além de expor a violência com que esta se impõe, seu desabafo também explicita a limitação do acesso aos meios necessários para romper com o regime hétero. A heterossexualidade, para se impor, utiliza de diversas violências. E as mulheres, para se rebelarem contra ela, do que se utilizam? Cassandra identifica na religião um fator determinante para esta dificuldade, e foi a ruptura com a igreja uma estratégia decisiva para a sua saída da heterossexualidade.

No caso de Cassandra, o percurso de ruptura com a heterossexualidade foi construído dentro de um casamento civil, religioso e heterossexual. Ela viveu dentro dos limites rigorosos da igreja evangélica até os 18 anos, idade em que fugiu da cidade para casar com o então namorado. Até então Cassandra já vivenciava a homossexualidade de forma privada e secreta, porém permeada pelas noções de pecado, punição e autonegação, sustentando que aquilo não passava de uma brincadeira. A emancipação conquistada por meio do casamento heterossexual, somada à mudança para a nova cidade, onde não haviam familiares exceto o próprio marido, possibilitaram trilhar caminhos mais desviantes, acompanhando-o na ruptura com a igreja e no início da militância política de esquerda.

Para os valores tradicionais, o casamento representa o momento em que a mulher deixa de ser posse de seu pai e passa a ser posse do marido — na cerimônia, o pai guia a filha até o altar e a repassa. É um ritual que representa, para a mulher, a autonomia frente à família de origem, pois dali em diante ela deve construir a própria família e passa a responder apenas ao marido. Foi aos 18 anos, então, que Cassandra fugiu com o namorado para casar em outra cidade e, junto a ele, rompeu primeiro com a igreja evangélica e depois com a heterossexualidade. Se não há como determinar se o mesmo aconteceria não fosse o casamento heterossexual, devemos admitir que este foi um meio facilitador ao processo de crítica à heterossexualidade, possibilitando desvincular-se de forma legítima da família.

Referindo-se ao primeiro casamento, Cassandra diz: “por isso eu não me arrependo. Só fez quem sou eu hoje por ter sido assim³³”, demonstrando a compreensão acerca da heterossexualidade como um percurso custoso, mas necessário e compensatório.

Na nova cidade ela passa a frequentar uma igreja que havia rompido com o movimento evangélico. Mesmo frustrada, Cassandra continua indo aos cultos para acompanhar o marido, pois disse compreender, à época, que se tratava de seu dever enquanto esposa, demonstrando a assimilação de valores e pensamento heterossexuais. Embora improvável, este ambiente se torna um ponto-chave para a posterior crítica à heterossexualidade e o autorreconhecimento enquanto não-heterossexual, pois

dentro dessa igreja, como eu não saí dela, foi quando eu me abri. E engraçado, porque a última coisa que eu precisei desconstruir, dentro do espaço da igreja, foi a LGBTfobia. E foi o meu ex, hétero, o pastor da igreja, hétero, a esposa, hétero, que conversaram isso comigo. Porque sabiam claramente que eu não era hétero. Aí um belo dia eu cheguei pra meu ex, assim que eu desconstruí a LGBTfobia, pra dizer que eu não era hétero. (...) E isso não era na minha cidade, então eu pude finalmente fazer tudo o que eu queria. Podia ser outra pessoa. É tanto que eu comecei a usar roupa folgada. Antes eu só usava salto, aí comecei a usar tênis. Numa cidade onde ninguém me conhecia eu podia fazer tudo isso sem ninguém me conhecer, aí foi quando a minha sexualidade também começou a fluir, assim. E eu estava casada com um homem, mas eu conseguia me afirmar de alguma forma, sabe? As minhas transformações físicas e de estilo caminharam junto com as transformações da minha sexualidade também.

É neste contexto, durante o primeiro casamento, que Cassandra passa a reconhecer e politizar a homossexualidade já vivenciada na infância e antes permeada por auto-ódio, culpa e negação. Porém, a ainda dificuldade com a homossexualidade, que lhe ocasiona atualmente sucessivas relações heterossexuais, evidencia que a heterossexualização não diz respeito a uma mera escolha ou preferência, mas a uma dinâmica estrutural de imposição heterossexual e interdição lésbica, ocorrendo alheia à sua vontade individual. Ela me conta:

Pra mim, mulher bissexual, muitas vezes eu quero ficar com uma mulher mas é mais fácil, naquele ambiente, ficar com um homem. E eu já fiz muito essas escolhas, de tipo “não, vai ser mais fácil”. Até esses dias... Eu me apaixonei por uma menina, como eu tava te falando. Eu me apaixonei por uma mulher e eu fugi. Eu fugi porque eu não sei se eu ia conseguir. Vivendo aquele monte de coisa que eu tava vivendo, ainda ter que encarar isso. Era muito mais fácil “não, já que eu gosto de homem também, vou só sair daqui e vou viver isso outro porque é mais fácil”. E é isso também que as pessoas questionam muito na bissexualidade, infelizmente, sabe? Dizem “ah, é mais fácil, é só escolher”. Mas, e os conflitos que a gente fica internamente? Porque a gente quer, mas o outro é mais fácil, de

³³ Cassandra, entrevista realizada por mim em 17/12/19.

fato. São relações bem diferentes. E a gente se pega, às vezes, tendo comportamentos que a gente vive numa vida heterossexual dentro de um relacionamento homossexual.

É interessante destacar que, assim como a posição de privilégio social ocupada por Cassandra não lhe garantiu a transgressão da heterossexualidade, a formação de uma consciência crítica, a ruptura com a igreja e a inserção na militância de esquerda tampouco bastaram para que ela pudesse, enfim, viver livremente as relações com outras mulheres. Isto se explica por dois motivos. Primeiro, porque a heterossexualidade não se resume a uma construção mental. Em paralelo à sua dimensão ideológica, há as dimensões política e econômica, formando um regime complexo e dinâmico que se recicla continuamente, produzindo concretas coerções materiais que dificultam a sua saída. Segundo, porque a heterossexualidade integra a co-formação das relações de poder, organizando estruturalmente as relações sociais vividas. Condições específicas de classe, sexo e raça produzem condições particulares para a vivência da imposição heterossexual, mas não determina a sua ruptura ou sua vivência. A fuga da heterossexualidade é uma possibilidade construída individual e coletivamente a partir do conflito e da luta, e não uma possibilidade dada pelas condições sociais.

De modo mais explícito, Rosely utiliza dos próprios valores da heterossexualidade como um meio de romper com a relação heterossexual. Abaixo, ela narra como conseguiu sair do primeiro casamento, iniciado para que a família não viesse a descobrir a sua homossexualidade.

Eu trabalhava muito, toda a vida eu trabalhei muito, até hoje. E eu deixava muito a desejar naquela relação sexual, e eu vi que ele começou a sofrer com isso. Então era aquela coisa, papai e mamãe e tchau. E aí nesse meio tempo, que eu trabalhava muito, ele arranhou uma amante. Só que daí *foi onde eu vi como eu poderia sair dele, através dessa amante*, porque ele era muito perfeito, mulher. Trabalhava muito, super amoroso, nunca olhou pra mim de cara feia. Aos olhos da família era o homem perfeito. Aí eu pensei: “pronto, agora é a minha chance de viver a vida que eu quero”. Eu consegui o endereço da moça, botei meu filho dentro do carro e fui bater lá. Quando ele me viu ficou roxo, amarelo, azul, todas as cores que você imaginar. E fui embora. *Eu já fiz isso pra acontecer isso mesmo, pra não ter que ter esse trabalho de explicar o porquê...* Resumindo, deu certo. Sabe quando você tem um amigo que não é tão próximo, é distante, e quando ele se distancia mais ainda você nem sente? Foi mais ou menos isso. Nada, não senti nada. Menina, eu acho que essa foi a noite mais bem dormida que eu dormi na minha casa. Foi bom. Oh sensação boa, nossa senhora, foi muito bom. Foi uma sensação tão boa... *Eu só pensava assim: “pronto, chegou o tempo de eu começar a viver!”*.

Rosely enxerga na infidelidade do marido uma oportunidade de sair do relacionamento. Para isso, ela elabora uma cena pública com elementos que despertam comoção em quem lhe assiste, como a presença de seu filho mais novo. Após flagrar os dois, ela volta contente para casa, pois havia chegado a oportunidade de viver a vida que queria. Note que a cena descrita por Rosely gira em torno da legitimação social. Primeiro, é interessante perceber que ela compreende a satisfação sexual do marido enquanto uma atribuição sua. Como esposa, ela deve satisfazê-lo sexualmente, faz parte de seu trabalho. Se não cumpre, é legítimo que ele recorra a uma amante. Ao mesmo tempo, ela justifica que “deixava a desejar”, em suas palavras, na relação sexual com o marido por trabalhar muito, o que a legitima. No fim, encontrou na traição dele uma forma legítima de sair do relacionamento e "começar a viver". Longe de ser uma casualidade, a cena polêmica foi montada por Rosely de modo estratégico e com uma finalidade: garantir o término legítimo da relação. Este é um dado muito importante. A necessidade de uma justificativa socialmente aceita para terminar uma relação heterossexual demonstra a desigualdade de poder das mulheres e a concreta violência a que estão expostas ao se desvincularem de um homem.

Assim como Cassandra, Rosely também diz não se arrepender da relação heterossexual, demonstrando compreender a passagem pela heterossexualidade como necessária para conquistar a autonomia e independência que, hoje, lhe possibilita viver a homossexualidade:

Eu não pude viver o que eu gostava. Eu tive que viver outra coisa na qual eu me submeti pra manter aparência, pra manter a paz na família, pra agradar os outros, não pra mim viver e ser feliz. Só pra agradar os outros. *Mas, não me arrependo, não. O bom é que daí eu cresci mais como pessoa.* Porque quando você é uma pessoa 100% independente, essas coisas te facilitam muito.

É desta mesma forma, também utilizando a própria heterossexualidade para sair dela, que Cristina pretende criar uma oportunidade de terminar a relação com o atual namorado:

Ele mesmo vai criar a situação. Ele vai beber, ele vai me gritar, ele vai chamar pela outra como de fato já chamou. *E vai chegar o dia que eu vou criar uma polêmica e vou embora.* É só oportunidade. Pra não dizer assim: "não, na hora que ela mais precisou, meu filho colocou ela na casa dele", que foi na época que aconteceu aquilo com meu ex-marido, "e agora que o meu filho tá precisando, ela vai embora".

Nas entrevistas, as interlocutoras demonstraram ter uma compreensão fragmentada sobre a própria condição que se encontram, o que corrobora com o trabalho de Mathieu (2021, no prelo) ao analisar a consciência dominada, como já discutido. Porém, mesmo não havendo sempre uma elaboração crítica sobre o regime heterossexual a que estão submetidas, em suas ações há um direcionamento para a sua crítica e ruptura. O fato de elas buscarem estratégias dentro da própria heterossexualidade para romperem com ela, demonstra que a heterossexualização é assumida como uma posição ativa, estratégica e de disputa com o regime hétero.

A pesquisa de campo, desenvolvida junto às interlocutoras Cassandra, Cristina e Rosely, demonstrou que:

1. A heterossexualização é assumida como uma condição de sobrevivência;
2. A heterossexualização é dinâmica e envolve, necessariamente, conflito e disputa com o regime político, econômico e ideológico da heterossexualidade;
3. As interlocutoras desenvolvem cotidianamente estratégias para romper com a heterossexualidade, demonstrando um direcionamento em suas ações e a consciência da condição de heterossexualização, ainda que por vezes fragmentada;
4. Das três interlocutoras, duas utilizaram e uma tem a intenção de utilizar o próprio relacionamento heterossexual como estratégia de construção de autonomia para a saída da heterossexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar o estudo sobre lesbianidades, em 2016, deparei-me com um tema cujo debate era escasso, marginalizado e frequentemente considerado irrelevante. Passados apenas quatro anos, é uma alegria ver o seu crescimento dentro e fora do ambiente acadêmico, consolidando-se como um tema discutido além do mês de agosto, em que se celebra o dia da visibilidade lésbica e o dia do orgulho lésbico. Contudo, é fato que a lacuna bibliográfica permanece e ainda há muitos passos a serem dados. No campo de estudos de lesbianidades há avanços significativos nas pesquisas sobre violência e saúde. Outras áreas, a exemplo da auto-organização política, no entanto, permanecem pouco pesquisadas.

Também permanece pouco abordada a conexão destes estudos com o regime da heterossexualidade. Entendo que, ainda que seja imprescindível a pesquisa sobre questões particulares de mulheres lésbicas e bissexuais, conectá-las à análise do regime heterossexual, que lhes estrutura, é um salto teórico-político e também um percurso incontornável para o fortalecimento da temática. Entendo que estas não devem ser duas análises paralelas, mas sim articuladas. É importante compreender como o regime da heterossexualidade opera e cria as condições em que vivemos, pois possibilita abordar o objeto desde a sua raiz, apreendendo-o em sua totalidade. Sua importância também se justifica por ser a heterossexualidade um regime que estrutura as relações sociais — não se trata de uma questão relevante apenas para pessoas não-heterossexuais, mas a toda a sociedade.

A pesquisa aqui apresentada parte desta compreensão: a importância em analisar o regime político, econômico e ideológico da heterossexualidade para compreender o impacto subjetivo e cotidiano produzido na vida das mulheres. É também a realidade vivida por nós, mulheres, o que impulsiona esta investigação: a violenta imposição da heterossexualidade, por meio de coações física, econômica, mental e moral, que dificulta a sua crítica e ruptura, ou seja, interdita a lesbianidade — compreendida aqui enquanto crítica política, e não resumida à orientação ou prática sexual.

Desta forma, busquei compreender como e por que as mulheres são heterossexualizadas, bem como as determinações estruturais e conjunturais que explicam a vivência e assimilação da heterossexualidade por mulheres em conflito com ela. Particularmente, interessava analisar como as mulheres disputam e mediam com o regime heterossexual para, em meio a sua

imposição, construir o percurso que possibilita sair dele. Quais estratégias elaboram? Qual consciência constroem neste percurso? Quais etapas são necessárias para romper com a heterossexualidade?

A investigação foi desenvolvida de modo a priorizar a experiência vivida pelas interlocutoras da pesquisa. Para isto, utilizei as técnicas de História Oral de Vida e Bola de Neve para contato com as interlocutoras e captação das entrevistas. A escolha se deu para que a pesquisa pudesse alcançar a agência das mulheres perante à heterossexualização. Interessava analisar a dinâmica de disputa e mediação entre a imposição da heterossexualidade e as mulheres em conflito com ela.

A pesquisa demonstrou como a heterossexualização é subvertida pelas interlocutoras e utilizada por elas como um meio para a garantia de sobrevivência e também para alcançar a saída da relação heterossexual iniciada. A abordagem da pesquisa possibilitou alargar a compreensão de luta e resistência dessas mulheres, demonstrando como mesmo ao ceder à heterossexualização há, em contrapartida, a elaboração da resistência.

As limitações de tempo para desenvolver a pesquisa acarretaram lacunas a este trabalho. A relação entre a heterossexualidade e a reprodução social, por exemplo, representa uma discussão fundamental para esta pesquisa e necessita ser analisada com profundidade, pois permite desvelar a razão da heterossexualização de mulheres. Também acrescentaria ao trabalho a análise do impacto do capitalismo neoliberal, das políticas migratórias e da violência para a heterossexualização.

Em um local marcado pela violência contra pessoas LGBTQs, implicando não apenas a vulnerabilidade física como também econômica, lidar com a heterossexualidade se torna uma necessidade constante. A análise comparada da heterossexualização pela lente da violência é interessante não só entre países, com legislação e construção histórica diversas, mas também dentro do Brasil. Em que grau de sujeição à heterossexualidade está uma mulher vivendo em um local pequeno e conservador, em que a relação comunitária garante a sua sobrevivência? Qual a relação entre a autonomia física, econômica e mental e a imposição da heterossexualidade? Que esta pesquisa possa contribuir para estudos futuros, desenvolvendo estas perguntas e avançando no enfrentamento ao regime heterossexual.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maira. **Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2018, vol.26, n.3, e54237. Epub 14-Nov-2018. ISSN 0104-026X. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n354237>. Último acesso em 27/11/2020.

ALVES, Andrea. **Envelhecimento, Trajetória e Homossexualidade Feminina**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 213-233, jul./dez. 2010. p. 213-233

ALVES, Maria. **As moradoras de rua entram em cena: a violência contra a mulher moradora de rua como uma das expressões da “questão social”**. In: Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: UFMA, 2013.

ALVES, Raíla de Melo. **Negras e sapatões: uma análise sobre elaborações de identidades nos movimentos lésbico e racial no Distrito Federal**. 2019. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida - Vol. 2**. Tradução: Sérgio Milliet. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social. 2013.

CISNE, Mirla. GURGEL, Telma. **Os atuais desafios para o Feminismo Materialista. Entrevista com Jules Falquet**. ABEPSS, 2014, p. 245-261.

CORDEIRO, Nathalia. **E quanto são elas? Relações violentas na perspectiva lesbiana**. 2018. 130 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

CURIEL, Ochy. **La Nación Heterosexual. Análisis del discurso jurídico y régimen heterosexual desde la antropología de la dominación.** Bogotá, D.C: Brecha lésbica y en la frontera, 2013.

CURIEL, Ochy. **Descolonizando el Feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe.** 2009.

CURIEL, Ochy. **De la identidad a la imbricación de opresiones: una mirada de análisis decolonial.** 2014.

CURIEL, Ochy. **Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial.** In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020. p. 120-138

CURIEL, Ochy ; FALQUET, Jules. **Introdução.** In: O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu. Organizadoras: Verônica Ferreira... [et al.]. Recife: SOS CORPO, 2014. p. 7-26.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política.** 1ª ed. São Paulo : Boitempo. 2017.

DAVIS, Angela. **Uma autobiografia.** 1ª ed. São Paulo : Boitempo. 2019.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. **Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina.** In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020. p. 97-118.

FALQUET, Jules. **De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas.** Bogotá: Brecha Lésbica. 2006.

FALQUET, Jules. **Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal.** Mediações, Londrina, v. 13, n. 1-2, p. 121-142, jan./jun. – jul./dez. 2008.

FALQUET, Jules. **Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política.** Cadernos de Crítica Feminista. Ano VI, N. 5. 2012.

FALQUET, Jules. **Por uma anatomia das classes de sexo: Nicole-Claude Mathieu ou a consciência das oprimidas**. São Paulo, v. 18, n. 32, p.09-23, jan/jun. 2014.

FALQUET, Jules. Introducción. In: TABET, Paola. **Los dedos cortados**. Bogotá : Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Escuela de Estudios de Género, 2018.

FEDERICI, Silvia. **O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1ª ed. São Paulo: Elefante. 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. 1ª ed. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, Marisa. **Lésbicas e a Ditadura Militar**. In: Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. Organizadores: James N. Green, Renan Quinalha. São Carlos, Edufscar, 2015. p. 125-148.

GONÇALVES, Talita. **Rua, substantivo feminino: mulheres em movimento e o direito ao corpo na cidade**. Dissertação. 2019.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu**. Organizadoras: Verônica Ferreira... [et al.]. Recife: SOS CORPO, 2014. p. 27-99.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante. 2019

KERGOAT, Danièle. **O cuidado e as imbricações das relações sociais**. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva ; HIRATA, Helena ; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação-Episódios de racismo cotidiano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

- KOEDT, Anne. **The Woman-Identified Woman: Radical Feminism**. New York: Quadrangle. 1970.
- LESSA, Patrícia. **Visibilidade e ação lésbica na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-feminista e do Boletim Chanacomchana**. *Gênero*, Niterói, v.8, n.2, 2008, p. 301-333.
- LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014. p. 935-952.
- LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Ed: Bazar do Tempo. 2020. p. 52-83.
- MANO, Maíra Kubik; FALQUET, Jules. Prefácio à edição brasileira. In: MATHIEU, Nicole-Claude. **A anatomia política**. Ed: Edufba. 2021, no prelo.
- MATHIEU, Nicole-Claude. **A anatomia política**. Ed: Edufba. 2021. No prelo.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Palavras aos jovens oralistas: Entrevistas em história oral. In: **Oralidades. Revista de História Oral**. Ano 2 : No 3 : Jan-Jun/2008. p. 141-150.
- MELO, Mariana. **Formas de violência contra mulheres lésbicas: um estudo sobre percepções, discursos e práticas**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2016.
- OLIVEIRA, José; MOTT, Luiz. Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019: **Relatório do Grupo Gay da Bahia/ José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott**. – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.
- PALHA, Amanda. Transfeminismo e construção revolucionária. In: **Dossiê Marxismo e lutas LGBTQ**. Margem esquerda, n. 33, 2º semestre. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 38-44.
- REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família. Autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Bagoas, p. 18-44, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. SP: Expressão popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan. **A invisibilidade da experiência**. São Paulo: Revista Projeto História 16, 1998. p. 297-325.

SILVA, Giovana Capucim e. **Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1941-1983)**. São Paulo: [s.n.], 2015.

SOARES, Gilberta. **Sapatos tem sexo? Metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no nordeste do Brasil**. Tese. 2016.

TEIXEIRA, Analba; SILVA, Ariana; FIGUEIREDO, Ângela. **Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA: entrevista com Ochy Curiel**. Cadernos de Gênero e Diversidade. Vol 03, N. 04 - Out. - Dez., 2017

TURCOTTE, Louise. Prólogo. In: WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Editora Egales, 2006.

TABET, Paola. **Los dedos cortados**. Bogotá : Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Escuela de Estudios de Género, 2018.

TIENE, Izalene. **Mulher Moradora na Rua: entre vivências e políticas sociais**. Campinas, SP: Alínea, 2004.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Temáticas, Campinas, n. 22, 2014, p. 203-220.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Editora Egales, 2006.

WITTIG, Monique. **As guerrilheiras**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.